

tempo e presença

Publicação do CEDI • Número 210 • julho de 1986 • Cr\$ 6,00

DÍVIDA EXTERNA:



quem está pagando por isso?

*Lei da
informática*

*Questão
nuclear*

*Morte
no campo*

cartas cartas cartas cartas cartas cartas

A Comissão Pastoral da terra da diocese de Ruy Barbosa, Bahia, vem de público denunciar as seguintes ocorrências com ameaças de morte na Fazenda Lameiro, município de Pintadas recentemente emancipado de Ipirá (BA).

Mais de cem moradores das fazendas Bonita e Alagoas, hoje denominadas Lameiro, estão há onze anos ameaçados de perderem a herança de seus pais (240 ha). Todas estas pessoas nasceram e se criaram na área. O sr. Manoel Carneiro de Souza, ex-delegado de polícia, se diz dono da área por uma sentença judicial muito controvérsia. O mesmo, há onze anos, vem fustigando os posseiros destruindo cercas, plantações, matando animais domésticos e pressionando os posseiros a abandonarem a área. Sobre ele pesam também graves suspeitas a respeito do assassinato a tiros do lavrador Marinho Pereira de Lima ocorrido onze anos atrás e sobre a morte por afogamento de Alberto Primo de Oliveira, ambos pais de família.

Recentemente, Manoel Carneiro de Souza vem renovando suas ameaças e, no dia 26 de abril de 1986, acompanhado por três pistoleiros fortemente armados, agrediu o posseiro João Primo de Oliveira que conseguiu fugir, a cavalo, da emboscada. Neste mesmo dia, o ex-delegado de polícia e pretendente dono destruiu 550 m. de cerca que os posseiros tinham levantado para proteger suas roças.

Há um ano a delegacia sindical de Pintadas, o STR de Ipirá e cerca de vinte comunidades eclesiás de base da região solidarizaram-se com os posseiros e assumiram, junto com eles sua luta e resistência. Tais fatos são de conhecimento do governador do estado, do Depin, Interba, Incra.

As ameaças do sr. Manoel Carneiro porém não pararam. Publicamente ele vem ameaçando de morte o agente da

pastoral da terra Epifânia Dernaval de Almeida, o padre da paróquia, Pe. Ricardo Camellini, as religiosas, bem como outros líderes de comunidades. A delegacia de polícia local, ciente de tais fatos e ameaças, não tomou nenhuma providência no sentido de proteger as vidas ameaçadas e desarmar os pistoleiros.

O clima generalizado de violência e os precedentes do grileiro, que continua se cercando de pistoleiros armados, fazem temer que mais sangue possa ser derramado. Os moradores de Lameiro e a Comissão Pastoral da Terra exigem das autoridades competentes as devidas providências preventivas e as responsabilizam por eventuais outras graves violências que vieram a acontecer.

Pela Reforma Agrária. Basta de assassinatos no campo.

**Luciano Bernardi
CPT — Diocese de Ruy Barbosa**
Ruy Barbosa (BA)

Tenho recebido, com prazer, os números da revista "Tempo e Presença". Gostaria não só de agradecer mas, sobretudo, de parabenizá-los pela evolução. Está cada vez melhor. Já é esperada com ansiedade. Na minha opinião, vocês conseguiram reunir valores enormes: interesse dos temas, artigos curtos, bem apresentados, ótimo conteúdo.

O número sobre o "menor" está ajudando na preparação da Campanha da Fraternidade 87. Muito gratos.

Unidos em Cristo.

**Pe. Ernane Pinheiro
CNBB
Brasília (DF)**

Há algumas semanas recebemos o primeiro volume da coleção "Protestantismo e Liberdade", cujo título "De Dentro do Furacão", com textos de Richard Shaull, faz justiça a uma

figura muito importante, que mudou o rosto de uma grande parte do protestantismo latino-americano. Ao mesmo tempo, foi uma ideia magnífica a criação de uma coleção que recupere a memória de nossos pais recentes. É um sinal de maturidade.

Recebam nossa cordial saudação.

**David Arcaute
ISEDET (Biblioteca)
Buenos Aires (Argentina)**

Venho por meio desta carta, solicitar ajuda da seguinte natureza: Sou um trabalhador rural e trabalho com grupos de comunidade e de jovens. Sou filho de José Pereira de Souza assassinado no dia 28 de outubro de 1983 por um grileiro que queria a todo custo tomar a nossa terra. Como sou muito pobre e não tenho condições de comprar, pediria se possível enviarem livros para me ajudar no trabalho.

Eu desejava muito ser assinante da revista "Tempo e Presença", mas como não tenho condições de assiná-la o que posso fazer? Certo de poder contar com sua valiosa colaboração, aproveito para antecipar meus sinceros agradecimentos.

Cordialmente

**Gecílio Pereira de Souza
Correntina (BA)**

NOTA DE REDAÇÃO: Temos recebido numerosos pedidos do nº 208 da revista "Tempo e Presença" sobre "A questão do menor". Lamentamos não poder atender a essas solicitações pois referido número esgotou-se. Prometemos voltar a esse tema proximamente com novos elementos e reflexões sobre essa questão dramática e desafiadora da realidade brasileira.

tempo e presença

**Revista mensal
do CEDI
Julho de 1986**

CEDI Centro Ecumênico de Documentação e Informação

Rua Cosme Velho, 98, fundos
Telefone: 205-5197
22241 - Rio de Janeiro - RJ

Av. Higienópolis, 983
Telefone: 825-5544
01238 - São Paulo - SP

Conselho Editorial
Heloiza de Souza Martins
José Oscar Beozzo
José Ricardo Ramalho
José Roberto Pereira Novaes
Pedro Pontual
Rubem Alves
Zwinglio Mota Dias

Editores
Dermi Azevedo
Jether Pereira Ramalho

Jornalista Responsável
Dermi Azevedo
Reg. prof. nº 239

Secretário de Redação
Flávio Irala

Produção Gráfica
Sérgio Alli

**Diagramação e
Secretaria Gráfica**
Marco Antonio Teixeira

Composição e Impressão
Cia. Editora Jorùês

Preço do exemplar avulso: Cr\$ 6,00

ÍNDICE

Dívida externa

4 OS MECANISMOS DA DÍVIDA EXTERNA BRASILEIRA

João Pedro Stédile

7 DÍVIDA EXTERNA: CUSTOS PARA O TRABALHADOR BRASILEIRO

Virgílio Lourençetti Jr

9 POR QUE LUTAR PELA INFORMÁTICA

Cândido Grzybowski

POLÍTICA NUCLEAR BRASILEIRA:

11 O ACIDENTE DE CHERNOBYL E A CENTRAL DE ANGRA

Luis Pingueli Rosa

Terra

13 A VIOLENCIA CONTRA OS TRABALHADORES DO CAMPO E O SIGNIFICADO POLÍTICO-PASTORAL DE UMA MORTE ANUNCIADA

Entrevista

17 TESTAMENTO ESPIRITUAL DO Pe. JOSIMO

Bíblia Hoje

18 CERCADO POR TANTOS MÁRTIRES

Marcelo Barros Souza

19 CARTA DE UM LAVRADOR, AO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Rubem Alves

20 SOU UM SELVAGEM

América Latina

22 ALGUMAS CONQUISTAS DA NICARÁGUA, NO SÉTIMO ANIVERSÁRIO DA REVOLUÇÃO

Jorge Jenkins Molire

25 EUA E A MILITARIZAÇÃO NA AMÉRICA LATINA

Newton Carlos

Constituinte

27 O POVO DISCUTE O BRASIL

Regina Prado

Ecumenismo

29 JUSTIÇA, PAZ E INTEGRIDADE DA CRIAÇÃO UMA CONVOCAÇÃO DO CMI

Livros

31 PÃO, VINHO E AMIZADE

José Bittencourt Filho

32 BRASIL 86

(Dados do Relatório Jaguaripe)

Dívida externa, igreja, povo

Cada vez fica mais evidente a gravidade dos reflexos da nossa dívida externa na atual conjuntura brasileira. O custo social do pagamento, apenas dos juros e serviço da dívida é incalculável. Traduz-se concretamente por carência alimentar, falta de saneamento básico, doenças, miséria e morte de muitos brasileiros, especialmente crianças e trabalhadores. O atual ministro da Fazenda reconhece que o Brasil a cada sete anos paga a sua dívida e continua devendo. É uma situação insustentável que exige medidas corajosas e audaciosas. Afinal, qual é o compromisso maior do governo: com o povo sofredor e pobre ou com o "honrar" compromissos com os ricos e exploradores banqueiros internacionais?

O relatório Jaguaripe, encorregnado pelo presidente Sarney, afirma que um terço das famílias brasileiras vive em regime de miséria, em pobreza absoluta, que de 29 milhões de residências apenas 25% têm rede de esgoto, que 27% de brasileiros de mais de 5 anos são analfabetos, que 42,9% dos trabalhadores rurais ganham até um salário mínimo e outros dados estremecedores de sofrimento e pobreza.

O presidente da Fundação Osvaldo Cruz afirma que o quadro da saúde apresenta epidemia de dengue, possibilidade de surto de febre amarela, expansão da malária, um caso de lepra a cada 30 minutos, 10 milhões de portadores de esquistossomose, retorno dos casos de poliomielite no Nordeste, insuficiência de soros, etc.

Certamente esse quadro não vai se modificar enquanto o Brasil retirar do suor e do sangue dos seus trabalhadores aproximadamente um bilhão de dólares por mês para

enriquecer, ainda mais, os poderosos credores, quase sempre para alimentar a louca corrida armamentista. Temos que dizer um basta a essa imoral e injusta situação. Afinal o povo foi consultado quando esses empréstimos foram tomados? E como foram gastos? Estamos até pagando juros sobre dólares que nunca foram usados.

A questão envolve outros aspectos, como o da reserva de mercado da informática e da desastrada política nuclear. São componentes do mesmo processo.

As consequências desse descalabro manifestam-se concretamente na vida do nosso povo. O propagado "Plano Cruzado" não encobre acontecimentos como a violência no campo, o boicote à reforma agrária, o aumento da miséria, a morte. O assassinato do pe. Josimo, é um episódio, entre muitos, dos que estão acontecendo de formas diversas, diariamente em terras brasileiras.

Essa questão da dívida externa e suas implicações precisa ser levada a um debate mais amplo. Não pode ficar nos gabinetes palacianos ou nos seminários de economistas. As igrejas são convocadas a enfrentar esse tema usando sua voz profética e coerentes com seu compromisso com a justiça e com os pobres. O povo precisa participar desse debate nas igrejas, ruas, praças e nas suas organizações. Somente com uma forte mobilização popular, com uma pressão articulada dos diversos segmentos da sociedade, exigindo que o Brasil rompa com essa injusta "Ordem Econômica Internacional" é que poderemos ter condições de construir um país onde os sinais do Reino de Deus possam ser mais transparentes. E, nesse momento, a nossa pátria não estará só e servirá de inspiração salutar para outros povos.

Os mecanismos da dívida externa brasileira

João Pedro Stédile

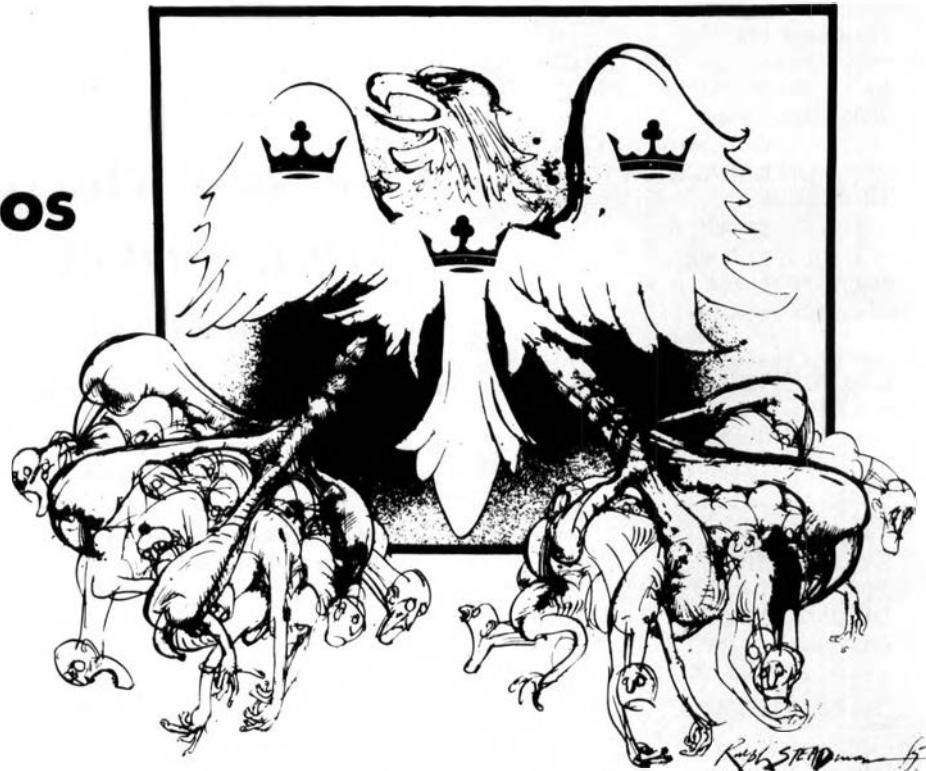
A confusão e desinformação sobre o assunto é generalizada. Algumas pessoas acham que a dívida externa é apenas do governo, outros acham que são os brasileiros individualmente que devem, outros pensam que é coisa de multinacional e, para completar, a propaganda do governo é de que a dívida externa não é tão grave assim e que graças à política econômica correta o país está superando mais esse problema.

Os movimentos populares em geral, desde as organizações populares mais locais até as centrais sindicais, também padecem de uma desinformação quase total. E, na maioria das vezes, a denúncia e a repulsa em relação ao problema da dívida externa não passa de palavras de ordem simples, que por si só não conseguem conscientizar o povo do verdadeiro problema.

Cumpre-nos uma tarefa urgente e importantíssima de levar a todas as organizações populares, as informações e a discussão sobre o verdadeiro caráter do problema da dívida externa e suas consequências para a vida de nosso povo. Nesse sentido, o objetivo desse artigo é apenas levantar algumas informações básicas que possam contribuir nessa perspectiva de informar a população para que se discuta o problema.

COMO FOI FEITA A DÍVIDA EXTERNA BRASILEIRA

A dívida externa do país representa a entrada de capital de outros países, na forma de dinheiro ou de bens (máquinas, equipamentos), tomado em



prestado por empresas brasileiras, públicas ou privadas, por filiais de multinacionais e pelo governo, seja federal, estadual ou municipal.

A partir do golpe militar de 1964 se instalou a visão de que nossa economia deveria se integrar ao máximo à economia internacional e de que o nosso crescimento econômico dependeria da entrada de capitais estrangeiros. Com isso se abriram as portas e se deram todas as facilidades para a entrada de multinacionais, de capitais estrangeiros, ocorrendo a desnacionalização e integração completa de nossa economia ao capitalismo internacional. Criou-se uma legislação para dar cobertura a essa política.

As duas leis básicas utilizadas foram a Lei nº 4131, que autorizava qualquer empresa a tomar empréstimos nos bancos ou em suas matrizes no exterior, e o governo brasileiro daria o aval garantindo o empréstimo junto aos credores. A segunda lei, foi a Resolução 63, do Banco Central, que autorizava os bancos comerciais brasileiros a tomarem empréstimos no exterior e a repassarem esses empréstimos a empresas locais.

Com essa base legal, foi se formando a dívida externa brasileira através dos seguintes mecanismos:

1º) Empréstimos diretos das matrizes das empresas multinacionais com sede na Europa, Japão e Estados Unidos, para suas filiais no Brasil.

2º) Empréstimos de bancos estrangeiros para empresas públicas e privadas nacionais ou estrangeiras sediadas no Brasil.

3º) Empréstimos de bancos estrangeiros para o governo brasileiro, para realização de obras públicas ou outras atividades.

4º) Empréstimos de bancos estrangeiros para o governo ou empresas adquirirem a prazo mercadorias no exterior. É o que se chama de financiamento de importações.

COMO FUNCIONA NA PRÁTICA A FORMAÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA

Vamos tomar um exemplo concreto para facilitar o entendimento.

A matriz da Volkswagen, na Alemanha, envia para sua filial, em São Bernardo, uma determinada máquina para fabricação de veículos. Geralmente quando os modelos se superam na Europa eles enviam então os equipamentos usados para cá. Vamos supor que essa máquina vale 100 milhões de dólares. A partir de quando chega a máquina, a Volkswagen registra no Banco Central como uma importação financiada pela matriz. E a filial fica devendo 100 milhões de dólares para a matriz. A Volkswagen passa a fabricar veículos e vender aos brasileiros que compram em cruzeiros. A Volkswagen de São Bernardo vai no Banco Central e começa a pagar sua dívida em cruzeiros. O Banco Central pega os cruzeiros.

ros, converte em dólares e remete para a Volkswagen da Alemanha.

Um outro exemplo. Se uma empresa brasileira, a Votorantim, pega um empréstimo de 100 milhões de dólares no banco da França, este banco envia dinheiro em dólares, que passa pelo Banco Central, e o Banco Central entrega para a Votorantim o equivalente em cruzeiros. Depois, quando a empresa Votorantim for pagar o empréstimo, paga em cruzeiros, que o Banco Central converte em dólares e remete para a França.

Se a empresa Votorantim não pagar, quando vencer o empréstimo o Banco Central se obriga a pagar em dólares para o Banco da França. E isso já aconteceu muitas vezes, inclusive agora recentemente com empréstimos de 600 milhões de dólares do Banco Comind.

Com isso, o que se pode concluir? O governo não só é avalista de todos os empréstimos no exterior como controla toda transação dos empréstimos que são recebidos em dólares mas pagos em cruzeiros. Como o Banco Central terá que remeter em dólares, logo a política do governo passa a ser de estimular as exportações ao máximo, para vender nossos produtos no exterior e com isso obter os dólares para pagar as dívidas contraídas pelas diversas formas vistas acima. Com isso nossa economia se integra ao capitalismo

mundial e se submete de duas formas. A primeira, ao depender do capital estrangeiro para instalar as indústrias e a entrada desse capital passa a representar um tipo de desenvolvimento industrial não adequado às necessidades da população, mas adequado às necessidades das empresas multinacionais.

E na segunda forma, passamos a ter que produzir para exportar, ou seja, produzir o que os países centrais necessitam. Daí toda política de estímulos à produção e exportação de soja, café, açúcar, minério de ferro, alumínio e equipamentos bélicos.

COMO AUMENTOU A DÍVIDA EXTERNA?

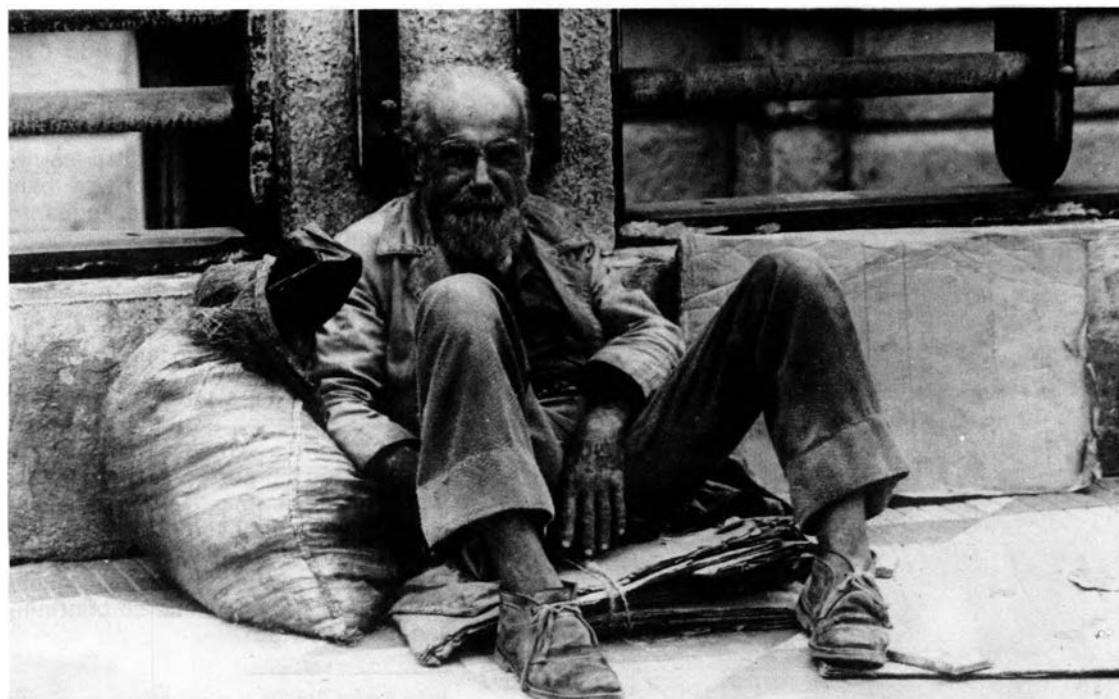
A evolução da dívida externa brasileira deu-se da seguinte maneira: entre 1960 e 1970, passamos de 3 bilhões para 5,3 bilhões. De 1970 a 1980 passamos para 54 bilhões, dobrando posteriormente em apenas cinco anos. No início da década de 70, os empréstimos tomados diretamente pelo governo e pelas empresas públicas representavam apenas 30% do total da dívida. Atualmente, segundo o último dado de 1983, o governo brasileiro e as empresas públicas eram responsáveis por 74% de toda a dívida.

Por que aconteceu isso?

1º) Justamente porque o governo é o avalista de todos os emprés-

timos, e as empresas continuaram pagando em cruzeiros, mas o governo e a economia brasileira não tiveram condições de transformar em dólares, e com isso o governo foi assumindo a dívida do setor privado, e o pior, passando a tomar novos empréstimos de dinheiro, que acabaram nem entrando no país, mas que se destinaram apenas a pagar os juros de dívidas atrasadas não pagas.

2º) Entre 1974 e 1978, quando se tomaram a maioria dos empréstimos, a taxa de juros no mercado internacional estava em 6% ao ano, que o governo brasileiro considerava boa. No entanto, os empréstimos foram assinados com uma cláusula de que a taxa de juro variaria de acordo com o mercado internacional. E a partir de 1980 os banqueiros internacionais e o governo dos Estados Unidos aumentaram a taxa de juros até atingir 19% por ano, baixando mais recentemente para 12%. O objetivo de aumentar a taxa de juros por parte dos Estados Unidos que controlam a economia mundial foi de conseguir com isso recolher recursos no mundo inteiro para financiar seu déficit público e comercial. Segundo a revista "Time", reproduzida na "Folha de S. Paulo", dia 08/10/85, as transferências de capital do Brasil conseguem cobrir 5% de todo déficit da economia norte-americana, que é de 150 bilhões de dólares! Sómente a



Enquanto 60% dos brasileiros vivem na miséria, o país exporta para pagar a dívida.

diferença de juros cobrada a mais, deliberadamente pelos credores, representou no período de 1973-84 que o Brasil teve que pagar 30 bilhões de dólares a mais, somente em juros!

Por outro lado, recentemente a "Folha de S. Paulo" publicou um estudo do Banco Mundial, demonstrando que, no período de 1974 a 1982, o Brasil tomou emprestado 93,5 bilhões de dólares e destes, 11,6 bilhões de dólares foram simplesmente "desviados", ou seja, nem foram aplicados em investimentos, nem entraram no país.

Sabe-se também que nos grandes empréstimos tomados pelas empresas públicas como Itaipu, Eletrobrás, Vale do Rio Doce, etc., muitas obras que foram financiadas por empréstimos no exterior, foram aumentando aceleradamente seus orçamentos, sem que se saiba ao certo o seu destino. Por exemplo, o orçamento das obras de Itaipu, no início da construção, aprovado pelo Congresso, foi de aproximadamente 6 bilhões de dólares. Ao terminarem a construção haviam gasto 23 bilhões de dólares.

A ECONOMIA BRASILEIRA NECESSITAVA DO CAPITAL ESTRANGEIRO PARA SE DESENVOLVER?

O principal argumento do governo e da burguesia industrial brasileira é de

que o país necessitava daquele capital para crescer, se desenvolver e atingir os padrões de produção industrial atuais. Será verdade?

Segundo dados do Banco Central, no período de 1960 a 1984 o Brasil tomou como empréstimo ou em outras formas de dívidas, o equivalente a 134,6 bilhões de dólares. Nesse mesmo período o país já pagou 58,9 bilhões em prestações da dívida, mais 68,6 bilhões foram pagos em juros, totalizando uma saída de 127,5 bilhões de dólares. Logo, nesse mesmo período a entrada real de capital estrangeiro foi de apenas 7,1 bilhões de dólares, que representaria nossa dívida real. E isso é insignificante para o desenvolvimento do país se considerado que apenas na hidrelétrica de Itaipu foram investidos 23 bilhões.

No entanto, nossa dívida atual é de aproximadamente 105 bilhões de dólares.

Na verdade, o problema da dívida externa brasileira esconde a verdadeira dominação do capital estrangeiro, dos interesses do capitalismo internacional e das multinacionais sobre nossa economia. E a entrada de capital estrangeiro tem como único objetivo buscar em nosso país uma acumulação ainda maior do que em seus países de origem, nos explorando, através do pagamento de baixos salários para a

mão-de-obra, e conseguindo nossas matérias-primas a preços ilusórios. Apenas dois exemplos: 1) Um metalúrgico da Volkswagen, na Alemanha, na mesma função de um metalúrgico de São Bernardo, ganha dez vezes mais que o brasileiro. 2) Para pagar o empréstimo de construção da estrada de ferro de Carajás, cujo único objetivo é exportar ferro, o Brasil assinou um contrato de exportação para o Japão a preços fixos até o ano 2.000!

CONSEQUÊNCIAS PARA O Povo BRASILEIRO DO PAGAMENTO DA DÍVIDA

Já se viu que a consequência mais grave da dívida externa é a subordinação de nossa economia ao capitalismo internacional. E essa subordinação, faz com que a nossa economia se organize para produzir o que interessa para eles, e não o que interessa para atender as necessidades do povo brasileiro. Essa produção dirigida acontece tanto na indústria, onde as multinacionais controlam toda tecnologia e o mercado interno dos principais produtos de consumo, como na agricultura, onde se adotou um modelo de produção consumidor dos insumos industriais produzidos pelas multinacionais, como os tratores Massey-Ferguson, Valmet, Ford, os venenos da Bayer, da Shell, assim como a produção passou a ser prioritária para exportação, enquanto 60% da população vive na miséria relativa, e 30% em miséria absoluta, segundo relatório oficial do governo brasileiro elaborado pelo estudioso Hélio Jaguaribe.

O Governo Brasileiro insiste agora em dizer que o problema da dívida está resolvido. Que já foram realizadas negociações satisfatórias com os banqueiros internacionais e que, enquanto a economia nacional não se recuperar pagaremos apenas os juros da dívida. Ora, primeiro deve-se ver se a dívida é justa! Os juros anuais que se está pagando atualmente são de 10 bilhões de dólares! Esses 10 bilhões de dólares anuais em juros, equivalem a 16 milhões de operários trabalhando o ano inteiro de graça. No Brasil, existem 11 milhões de operários no setor industrial. Ou ainda equivale às exportações anuais de 44 milhões de toneladas de soja ou 1,8 bilhões de sacas de açúcar.

Diante disso tudo, cabe-nos o questionamento: "É justo que se continue pagando a dívida?"

João Pedro Stédile é economista, assessor da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.



Os juros anuais da dívida equivalem a 16 milhões de brasileiros trabalhando de graça o ano inteiro.

Dívida externa: custos para o trabalhador brasileiro

Virgilio Lourencetti Jr

Nossa proposta aqui, é mostrar a evolução da dívida externa do Brasil, sua situação atual e as implicações do pagamento dos juros e das prestações da dívida para a economia nacional.

A origem imediata de nossa dívida não está simplesmente no déficit da balança de pagamentos. Durante anos chegamos ao final do ano pagando mais divisas ao exterior do que recebímos. Por outro lado, esse

déficit não se origina no setor comercial, pois exportamos mais mercadorias do que importamos. O "rombo" advém dos serviços técnicos e financeiros; do capital alocado para investimentos das multinacionais, cujas matrizes no exterior recebem parte dos lucros obtidos aqui; do capital proveniente dos grandes bancos privados estrangeiros para financiar empresas públicas ou diretamente para o governo brasileiro realizar obras públicas; dos empréstimos a programas de

desenvolvimento do governo brasileiro por bancos de desenvolvimento internacionais. Soma-se a isso, os extorsivos aumentos das taxas de juros internacionais que têm um efeito acumulativo sobre o montante dos empréstimos contraídos anteriormente. Para cobrir esses déficits, que desde os anos cinqüenta se multiplicam a cada ano em espiral geométrica, temos que obter novos empréstimos. Podemos constatar isso nos quadros que se seguem.

OS NÚMEROS DA DÍVIDA

Quadro nº 1									
Evolução da dívida externa bruta do Brasil (em bilhões de dólares)									
Ano	1968	1969	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976
Dívida bruta	3,8	4,4	5,3	6,6	9,5	12,6	17,2	21,2	26,0
Ano	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985
Dívida bruta	32,0	43,5	49,9	53,9	61,4	69,5	81,0	100,0	104,0

Fonte: Banco Central do Brasil

Quadro nº 2

Evolução da taxa de juros no mercado internacional (% ao ano)

Ano	1973	1974	1975	1976	1977	1978
Taxa de Libor	6,6	6,0	7,6	7,6	6,1	6,4
Ano	1979	1980	1981	1982	1983	1984
Taxa de Libor	9,4	12,0	14,2	16,6	19,5	14,0

Fonte: World Financial Markets

No quadro nº 1 verificamos que a dívida atual do país ultrapassa a casa dos 100 bilhões de dólares; um contra-senso quando comparado com o quadro nº 6 que nos mostra que a dívida moral e real sobre esses empréstimos seria de US\$ 7 bilhões. Daí o crescente sentimento entre diversos setores sociais brasileiros de que a dívida externa não deve ser paga acima do valor da dívida real.

O SIGNIFICADO DO PAGAMENTO DE JUROS PARA A ECONOMIA NACIONAL

Tomando por base os preços internacionais em dólares do açúcar, do café e da soja, e considerando-se que um trabalhador brasileiro com base no salário mínimo ganha a quantia de 600 dólares anuais, podemos estabelecer algumas equivalências.

— Recursos humanos e de riquezas correspondentes aos 68 bilhões de dólares pagos em juros:

- Correspondem a 114 milhões de operários trabalhando de graça durante um ano inteiro. Ou se no mesmo período dos juros, cerca de 11 milhões de operários tivessem que trabalhar dez anos de graça;
- Equivalem às exportações de 12 bilhões de sacas de açúcar ou 305 milhões de toneladas de soja ou ainda a 351 milhões de sacas de café.

Quadro nº 3
Evolução dos juros pagos pelo Brasil pela dívida externa e diferença mantida a taxa de juros de 1973 (em milhões de dólares)

Ano	Juros Pagos (a)	Juros pagos acumulados	Aplicação de taxa fixa correspondente a 1973 (b)	Diferença de juros pagos a mais (a) - (b)	Juros pagos a mais acumulados
1973	839.5	830.5	839.5	0.0	0.0
1974	1,370.1	2.209.6	1.146.7	223.4	223.4
1975	1,862.7	4.072.3	1.414.2	448.5	671.9
1976	2.090.9	6.163.2	1.735.8	355.1	1.027.0
1977	2.462.4	8.625.6	2.140.1	322.3	1.349.3
1978	3.342.8	11.969.4	2.906.5	437.3	1.786.6
1979	5.347.5	17.316.9	3.333.6	2.013.9	3.800.5
1980	7.457.0	24.773.9	3.597.0	3.860.0	7.660.5
1981	10.305.2	35.079.1	4.102.2	6.203.0	13.863.5
1982	12.550.6	47.629.7	4.652.9	7.897.7	21.761.2
1983	10.262.6	57.892.3	5.432.1	4.830.5	26.591.7
1984	10.800.00	68.692.3	6.680.0	4.120.0	30.711.7

Fonte: Banco Central do Brasil

— Recursos transferidos apenas para pagamento a mais da diferença de 30 bilhões de dólares em juros, em consequência do aumento das taxas:

- Equivalem a 51 milhões de operários trabalhando um ano inteiro de graça;
- Correspondem à exportação de 5 bilhões de sacas de açúcar ou 136 milhões de toneladas de soja (equivale a 10 anos de safras) ou

ainda 161 milhões de sacas de café.

— Recursos necessários para pagar anualmente daqui para frente, o valor de 10 bilhões de dólares em juros:

- Equivalem a 16 milhões de operários trabalhando de graça o ano inteiro;
- Correspondem às exportações anuais de 44 milhões de toneladas de soja, ou 1,8 bilhão de sacas de açúcar ou ainda 52 milhões de sacas de café.

CONCLUSÃO

Tal política econômica, que encontra no FMI o seu executor e controlador a nível internacional, representa um beco sem saída para o país. Mesmo sem considerar a falta de legitimidade da dívida externa, o certo é que a nossa atual estrutura produtiva não tem condições econômicas de produzir um saldo exportável suficiente para pagar os juros e as prestações.

Portanto, mantendo-se os critérios atuais, a tendência é de a situação da dívida externa tornar-se completamente incontrolável pelo seu volume e impagável do ponto de vista econômico, social e moral.

Dados extraídos de:
ALTERCON. Deuda externa en América Latina; los desafios de 1984. Santiago do Chile, ILET, jan/mar., 1984. 64 p. (Informe Especial nº 5).

EQUIPE Sindical Rural. Dívida externa e os trabalhadores. Porto Alegre, CAMP, s.d. 24p. (Cadernos de Formação nº 1)

Virgilio Lourençetti Junior é membro do setor de documentação do CEDI.

Quadro nº 4
Evolução do pagamento das prestações anuais da dívida externa brasileira — 1973/1984 (em milhões de dólares)

Ano	Valor	Ano	Valor
1973	1.700	1979	6.400
1974	2.000	1980	2.200
1975	2.200	1981	6.400
1976	2.900	1982	8.100
1977	4.000	1983	10.000
1978	5.200	1984	7.800

Fonte: Banco Central do Brasil, in Revista de Conjuntura Econômica — FGV

Quadro nº 5

Total de entradas de capital estrangeiro (em milhões de dólares)

Ano	Valor
1972 a 1981	106.181
1982	12.000
1983	8.000
1984	8.500
Total:	134.681

Quadro nº 6
Diferença entre o total das entradas de capital estrangeiro e saídas de capital do Brasil — 1972/1984 — Dívida real (em milhões de dólares)

prestações da dívida	58.900
juros pagos	68.600
Total pago:	127.181
Entrada de capital	134.681
Dívida real:	7.181

Por que lutar pela informática

Cândido Grzybowski

O Brasil, soberanamente, através do Congresso Nacional, criou uma lei de reserva de mercado para a fabricação e comercialização de micros, minis e supermicrocomputadores — a chamada Lei da Informática. O objetivo é criar condições para o desenvolvimento industrial independente num campo que representa uma verdadeira revolução tecnológica, econômica, social e cultural.

A decisão brasileira está criando enormes dificuldades no plano externo com o nosso principal parceiro comercial, os Estados Unidos. Pressões diplomáticas e as ameaças de retaliação comercial sobre as exportações brasileiras visam "disciplinar" o Brasil e submetê-lo aos interesses da potência hegemônica mundial.

"REVOLUÇÃO" DA INFORMÁTICA

A informática é mais do que a produção de computadores. Tecnologicamente, a indústria da informática está provocando mudanças nos objetos produzidos e na forma de produzi-los, o que por si só representa uma profunda mudança econômica: no volume de emprego, nas relações de trabalho, na administração, nas nossas condições de vida, enfim. A nova tecnologia está na base, também, da "indústria da informação": a tecnologia de difundir saber, ideias, informações, lazer, etc. Técnica-se a vida e as relações mercantis (no binômio exploração + domínio) penetram em amplos setores de nossas vidas, até agora pouco ou difficilmente mercantilizáveis. Surge a mercadoria "informação". A constituição de "bancos de dados" torna-se a principal estratégia no desenvolvimento econômico, social e cultural e, porque não, de dominação e manipulação da sociedade. São novas estruturas e novos modos de funcionamento que emergem, com um novo estilo de civilização.

A revolução da informática se anuncia no pós-guerra, mas seus efeitos explosivos se configuraram claramente a partir do início dos anos 70 e se associam à grande crise do sistema mundial capitalista.

Como indústria tem por base o desenvolvimento da microeletrônica e sua aplicação para o armazenamento e processamento da informação. O uso industrial imediato é a automação da produção (robótica). Hoje, porém, a informática se estende aos serviços. Já se vive, mesmo no Brasil, a "industrialização" dos serviços. O exemplo da automação do setor financeiro é o mais claro. Mas importância ainda maior é reservada à telemática: a industrialização pela informática do setor de comunicações. Informatizam-se as burocracias das empresas e estados e os microcomputadores, precedidos pelas calculadoras eletrônicas, estão se tornando equipamentos domésticos.

Juntamente com a biotecnologia, a eletrônica e a informática representam a 3^a grande Revolução Industrial, podendo prever-se novas estruturas de produção e consumo; novas relações a nível do sistema mundial, novo modo de conceber o mundo e de viver.

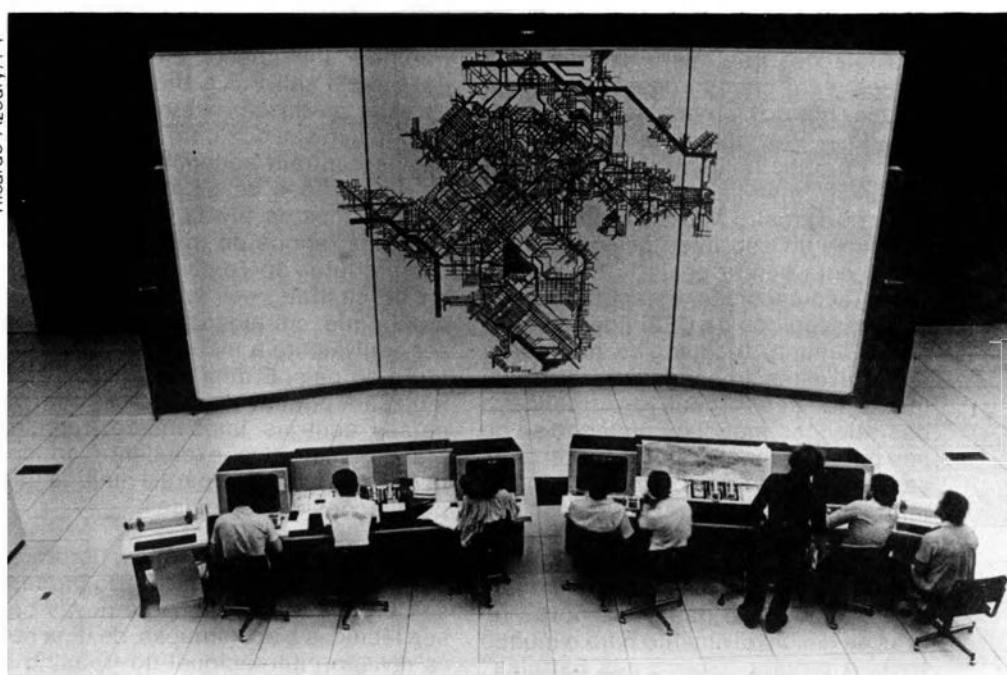
A era industrial tem sua origem na aplicação de forças mecânicas para a produção. A indústria com máquinas

movidas a vapor é o símbolo da 1^a Revolução Industrial. A eletricidade e o motor a combustão são a principal base da 2^a Revolução Industrial e o automóvel foi o seu símbolo. Hoje, microeletrônica, informática, biotecnologia são as bases da 3^a Revolução. O importante é que as mudanças tecnológicas — desenvolvimento de forças produtivas — se acompanham de profundas mudanças nas relações sociais, gerando crises para que possam nascer as novas estruturas.

Tendo presente o domínio do capital, enquanto matriz das relações sociais no sistema capitalista, cabe indagar-se: Quais são os novos agentes de acumulação? A quem está servindo o aumento da produtividade proveniente da automação? Quem detém o controle da "indústria da informação"?

DÍVIDA EXTERNA, INFORMÁTICA E NOVA DIVISÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO

A crise em que mergulhou o sistema mundial capitalista, com profundas repercussões nas próprias economias do bloco socialista, é a crise de um mo-



A informática está na base da "indústria da informação".



A autonomia e independência no campo da informática passa pela reserva de mercado

de do desenvolvimento. A retomada da expansão capitalista nas economias centrais é ainda instável. O processo de "modernização" do parque industrial no Primeiro Mundo está exigindo um enorme volume de recursos financeiros. Indústrias tradicionais estão sendo sucateadas ou transferidas para os países periféricos (países em industrialização do Terceiro Mundo). A implantação das novas indústrias — informática em primeiro lugar — ainda não está completa. Mas seus efeitos nas relações internas e externas dos países são claros: desemprego em massa, fim dos programas sociais do Estado — Previdência e novas relações de trabalho, acirramento da concorrência mundial, endividamento e crise no Terceiro Mundo, etc.

A nova divisão internacional do trabalho está sendo gestada na própria crise/recomposição. Estados Unidos e Japão, seguidos da CEE, lideram o desenvolvimento tecnológico nas novas áreas e estão impondo um reordenamento técnico, produtivo e financeiro nas relações mundiais. Valendo-se de seu potencial econômico e militar, apesar de ter despencado dos 50% do PIB mundial (no pós-guerra) para menos de 25% (atualmente), os Estados Unidos com a **realpolitick** de Reagan tentam retomar a hegemonia no sistema mundial capitalista e definir as novas regras de desenvolvimento para o mundo todo. A própria "Guerra nas Estrelas" deve ser vista neste quadro, ou seja, como programa econômico, político e

militar baseado em novas tecnologias, para recravar a hegemonia americana e reestabelecer a polarização no sistema capitalista mundial.

Um dos elementos fundamentais nesta política, benéfica particularmente aos Estados Unidos, foi a elevação das taxas de juros e a transformação das dívidas externas dos países do Terceiro Mundo em uma bomba de sucção do trabalho de suas populações para financiar a reestruturação e modernização industrial. Só o Brasil transfere anualmente, em troca de nada, 5% do seu PIB a título de juros e spreads da dívida externa. O Terceiro Mundo, em seu conjunto, transfere aos países centrais anualmente em torno de 100 bilhões de dólares. Além dos mecanismos da dívida, foram deteriorados os termos de troca em prejuízo dos produtos do Terceiro Mundo. A fuga de capitais, por sua vez, é de tal monta que, em alguns casos, chega a ser equivalente à metade da dívida externa do país. É uma verdadeira "acumulação primitiva" moderna que os países centrais impõem ao Terceiro Mundo, destrutiva, excludente, criadora de fome e miséria para a maioria das populações destes países.

A indústria da informática, portanto, deve ser vista neste intrincado processo de crise e de criação de novas bases técnicas e econômicas, de uma nova divisão internacional do trabalho e de um novo modo de vida. Uma possibilidade é reproduzir, ampliando os

mechanismos de dependência e exploração em escala mundial.

A POLÍTICA BRASILEIRA E A "DISCIPLINA" IMPOSTA PELOS ESTADOS UNIDOS

A busca de autonomia e independência do Brasil no campo da informática passa, sem dúvida, pela reserva de mercado. É estratégico produzir componentes e processos. Como nenhum país controla ou poderá controlar integralmente as novas tecnologias, deve o Brasil buscar a sua especialização nesta área e estimular o desenvolvimento científico e tecnológico que lhe permita participar da "revolução" da informática e poder ter alguma autonomia na definição do modelo de desenvolvimento e de sociedade que lhe convém. Para isto, não poderá ser mero importador e consumidor dos produtos da informática. A atual lei é um começo e uma afirmação de soberania.

Não convém, porém, aos interesses americanos a decisão brasileira. O mercado interno da informática, em expansão, situa-se em torno de 2,2 bilhões de dólares, sendo aproximadamente 1,2 bilhão que fica sob o artigo da lei de reserva. Aparentemente é a liberdade da concorrência que desejam os americanos. As nossas relações comerciais com os Estados Unidos são superavitárias e seriam mais se não fosse **exatamente o protecionismo americano**, que só no ano passado nos causou uma perda de 2,7 bilhões de dólares. Mas eles são potência hegemônica e o Brasil um país endividado, com pretensões a definir políticas soberanas. Além disto, o problema da informática não se limita a questões comerciais. Trata-se de "disciplinar" o rebelde Brasil num campo estratégico, reservado até aqui às economias capitalistas dominantes, na frente das quais os Estados Unidos.

O lugar dos Estados Unidos na questão da dívida externa do Brasil, a sua capacidade de retaliação comercial, as próprias dubiedades brasileiras ao querer enfrentar tais questões sozinho e não em bloco com os outros países, dão o quadro em que se situa a negociação atual em torno da política da informática. A saída para o Brasil, neste como nos outros campos, não está exatamente no governo, mas na sociedade, no fortalecimento da democracia e no que ela poderá fornecer como base para a definição de políticas soberanas e que atendam aos interesses da maioria de sua população.

Cândido Grzybowski é professor da Fundação Getúlio Vargas (RJ).

Política nuclear brasileira: o acidente de Chernobyl e a Central de Angra

Luiz Pinguelli Rosa

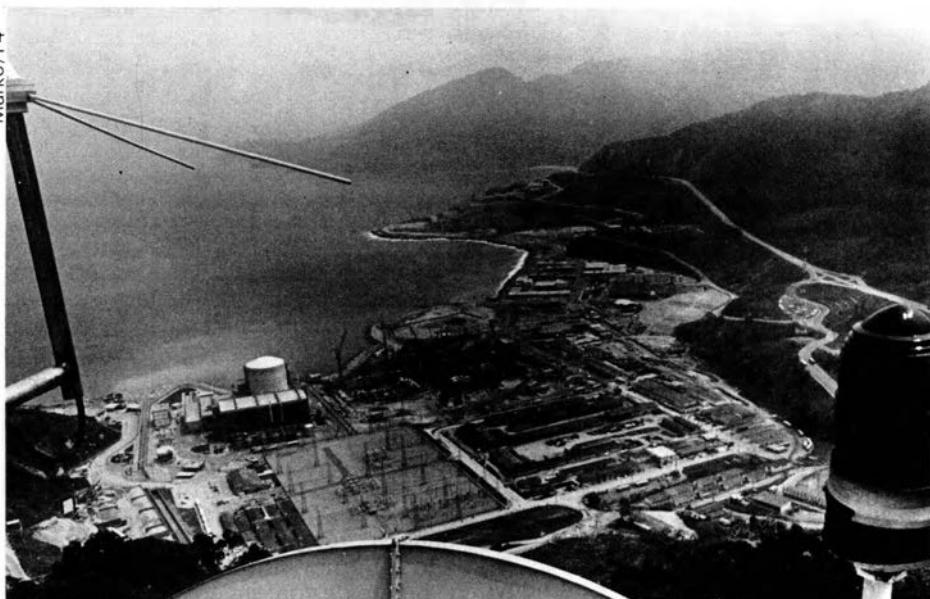
Os primeiros reatores nucleares no Brasil foram destinados à pesquisa e a certas aplicações de pequena escala dos radioisótopos na medicina, na indústria. O primeiro foi o reator de piscina do antigo Instituto de Energia Atômica, em São Paulo, importado dos Estados Unidos e o segundo foi o chamado Triga, do antigo Instituto de Pesquisas Radioativas, em Belo Horizonte, ambos datados da década de 50. O terceiro e menor deles foi o reator Argonauta que entrou em operação já na década de 60, no Instituto de Engenharia Nuclear, no Rio de Janeiro. Era ainda uma época de grande esperança por parte de cientistas e técnicos com respeito à tecnologia nuclear como fonte de energia barata para fins pacíficos, apesar de sua origem maldita: as bombas atômicas e, depois, os submarinos nucleares.

A primeira central de potência para geração elétrica, Angra 1, foi iniciada já no início dos anos 70, decidida nos últimos anos da década anterior, quando se consolidava o regime militar na sua fase mais repressiva. Em 1975, foi assinado o Acordo Nuclear com a Alemanha prevendo oito grandes reatores no país até 1990, construídos pela Nuclebrás associada basicamente com a KWU alemã, sendo os dois primeiros da série os reatores de Angra 2 e 3.

Este programa, seriamente criticado pela comunidade científica e técnica, terminou congelado no bojo da crise dos anos 80, quando o governo Figueiredo criou outro programa nuclear, paralelo, controlado pelos militares no CTA, em São José dos Campos, e no Ipen, em São Paulo, destinado a desenvolver um submarino nuclear.

Na área da política nuclear, nas últimas semanas, dois fatos se destacaram. O primeiro foi o relatório final da comissão nomeada pelo governo para reavaliar o programa nuclear. Essa co-

Marko/F4



Vista total da usina de Angra dos Reis.

missão foi presidida por José Israel Vargas e formada por técnicos da área oficial e cientistas de diversas áreas de atividades, caracterizados por não terem participado do debate nuclear.

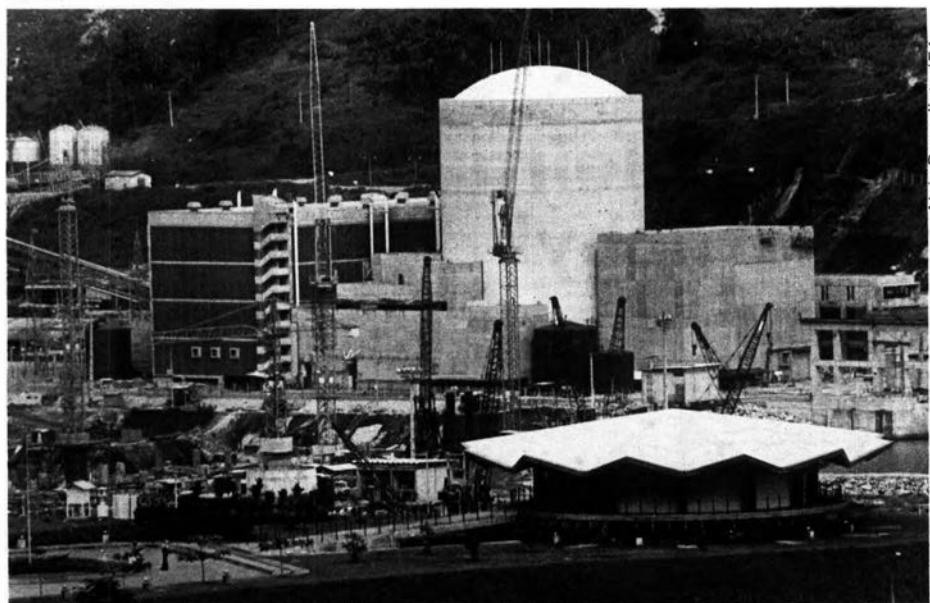
Em segundo lugar, merece destaque o impacto do acidente com o reator soviético de Chernobyl, que polarizou a discussão e radicalizou a crítica à política nuclear.

O relatório da comissão de avaliação do programa nuclear contemplou aspectos reivindicados há anos por sociedades científicas, embora em outros aspectos essenciais tenha sido tímido. Entre os avanços positivos está a proposta de mudar a estrutura das subsidiárias da Nuclebrás associada à KWU alemã. Algumas delas seriam absorvidas pela própria Nuclebrás e outras seriam desfeitas. A mais importante subsidiária, a Nuclen, passaria para o controle da Eletrobrás, segundo uma das opções sugeridas no relatório. Isto significaria um forte golpe na continuidade do acordo nuclear com a Alemanha.

Também é positiva a proposição de criar uma comissão reguladora e fiscalizadora das instalações nucleares fora do âmbito do Ministério das Minas e Energia, onde hoje se situa a Comissão Nacional de Energia Nuclear (Cnen), que responde por esses encargos. Além disso, a comissão propôs um conselho aberto à participação da comunidade. Esta era uma proposta da Sociedade Brasileira de Física, formulada em 1977, visando dar independência ao órgão fiscalizador, como ocorre nos EUA e na Alemanha.

Um dado interessante é a sugestão de um acordo Brasil-Argentina com inspeção mútua para controlar e evitar a produção da bomba atômica. Este dado revela a preocupação clara com a possibilidade de uma corrida discreta para a bomba, mesmo que ambos os governos neguem essa intenção repetidas vezes.

Um ponto criticável no relatório da comissão é a recomendação de dar continuidade desde já à construção de Angra 3, além de concluir Angra 2. Uma



Nair Benedicto/74
não houve quando se fez o acordo nuclear com a Alemanha.

O Brasil não necessita da energia nuclear hoje, pois pode usar a hidrelétricidade abundante e mais barata. É um equívoco construir centrais de alto custo de investimento, como as nucleares, para funcionarem a plena carga somente quando houver necessidade de complementar as hidrelétricas em condições eventuais. Tomando como fato consumado a existência da central nuclear de Angra, é responsabilidade do governo reduzir ao mínimo os riscos da energia nuclear para a população, sem assumir um otimismo exagerado sobre o mérito desta tecnologia, objeto de discussões em todo o mundo. Este quadro torna desaconselhável a construção de novas centrais nucleares no país, por muito tempo.

Além das medidas de alcance local voltadas especificamente para as populações vizinhas à usina de Angra, deveria ser reformulado o atual procedimento para licenciamento e fiscalização de segurança das instalações nucleares no Brasil, desfazendo o Sistema de Proteção ao Programa Nuclear na sua forma atual, substituindo-o por um sistema aberto à efetiva participação dos governos municipal e estadual, do legislativo nos diferentes níveis e da sociedade local. No Brasil, este sistema é excessivamente centralizado, em moldes mais próximos daqueles vigentes na União Soviética e na França, ao contrário do que ocorre nos Estados Unidos e na Alemanha, países dos quais importamos a tecnologia nuclear, onde há pressão social forte questionando a energia nuclear e exigindo condições severas de segurança como resposta.

Deve também ser aberto à discussão com a sociedade local o plano de evacuação da região de Angra dos Reis em caso de acidente com o reator. O plano existente é julgado precário, mal divulgado e os prazos estabelecidos para retirada da população são muito longos, dando até quinze dias para evacuar um raio de 15 km. Esta situação não corresponde ao caso mais grave possível, como demonstrou o acidente de Chernobyl. É aconselhável manter o reator de Angra 1 desligado até que se estabeleça um plano de evacuação mais eficaz, o qual deve ser ultimado como condição para dar segurança à população de Angra no caso de acidente.

Luiz Pinguelli Rosa é físico nuclear e um dos principais cientistas brasileiros. Fez este texto com base em trabalho que preparou para o IBASE.

"O Brasil não necessita de energia nuclear hoje, pois pode usar a hidrelétricidade abundante e barata".

posição mais razoável seria apenas concluir a segunda unidade, que necessita ainda de cinco anos e cerca de US\$ 1 bilhão. Angra 3, embora com as peças alemãs já fabricadas, ainda está numa fase muito inicial, enquanto Angra 2 já se encontra em fase mais avançada. O relatório prevê ainda a instalação de um quarto reator, como resultado do acordo com os alemães, a ser iniciado em 1989.

O impacto do acidente de Chernobyl atropelou o relatório, ao recolocar em discussão os riscos de acidente com reatores nucleares.

Embora tenha havido exagero nas primeiras notícias que diziam haver milhares de mortos, é presumível que os efeitos retardados - como o câncer, vêm a ser muito grandes na região vizinha ao acidente. O reator soviético acidentado é diferente dos reatores da Angra dos Reis, que usam água leve como moderador; o de Chernobyl usa grafite, que se incendiou causando o derretimento das barras de combustível, com liberação de material radioativo. A dispersão deste material no ambiente foi facilitada pela ausência do prédio de contenção, cujo papel em Three Mile Island foi essencial. Os reatores de Angra têm contenção, o que é uma inegável vantagem.

Apesar de favorecerem a segurança dos reatores de Angra, as diferenças entre estes e o de Chernobyl não significam que aqueles não mereçam qualquer preocupação. O incêndio do grafite era também um evento de baixa probabilidade e o uso deste moderador

não era considerado uma opção fora de cogitação na tecnologia nuclear atual, já que um dos conceitos de reator intrinsecamente seguro estudados nos EUA é o HTGR, também moderado a grafite, embora refrigerado a gás e não a água como o de Chernobyl. Um acidente grave que pode ocorrer em Angra é o de perda de refrigerante com fusão do combustível, explosão (não nuclear), rompimento do vaso de pressão e fratura do prédio de contenção. O prédio de contenção não é dimensionado para suportar o pior acidente imaginável (o derretimento do combustível) e, caso ele não resista, o material radioativo que for liberado pelo acidente virá ao meio ambiente como em Chernobyl.

Tão errado quanto afirmar que em Angra ocorrerá fatalmente um acidente idêntico ao de Chernobyl é afirmar que não é possível ocorrer um acidente tão grave como o de Chernobyl em Angra. A verdade é que o acidente grave pode ocorrer, por menos provável que seja, e deve-se estar preparado para esta hipótese. O risco zero não existe, não só na energia nuclear. A geração termoelétrica a petróleo e a carvão polui a atmosfera continuamente. As barragens das hidrelétricas correm o risco, ainda que remotíssimo, de se romperem, o que causaria muitas mortes imediatas. No caso nuclear, os efeitos piores não são imediatos, mas se estendem por muitos anos até gerações futuras. A opção pelas diferentes formas de energia não é uma matéria exclusivamente técnica, mas tem forte componente político. Por isso, deve haver um debate democrático amplo, que

A violência contra os trabalhadores do campo e o significado político-pastoral de uma morte anunciada

No dia 6 de maio, tomou posse na Presidência do Incra, o sr. Pedro do Carmo Dantas, tenente reformado do Exército, cujo **curriculum vitae** e declarações prestadas à imprensa, deixavam claros seus compromissos com os grandes proprietários de terra.

Setores mais progressistas dos órgãos estatais de Reforma Agrária passaram à contagem regressiva com visitas à entrega de seus cargos e representantes do episcopado brasileiro passaram a cobrar do constrangido titular da pasta do Mirad, a quem haviam hipotecado apoio, que renunciasse.

De fato, pontos fundamentais do plano de Reforma Agrária elaborado pela assessoria do Ministro já haviam sido alterados por interferência do Gabinete Civil da Presidência da República e outros tantos passaram a ser discutidos publicamente pelo novo mandatário do Incra. Ao completar um ano desde o seu lançamento no 4º Congresso dos Trabalhadores Rurais, em Brasília, a proposta governamental perdera assim qualquer resquício de compromisso com as aspirações dos trabalhadores e atendia agora, evidentemente, aos interesses patronais somente. Como se não bastasse seu poder de pressão sobre o Planalto, os grandes proprietários faziam crescer suas milícias, expulsavam violentamente povoados inteiros, ceifando a vida de um número cada vez maior de lideranças camponesas. De nada adiantavam as pressões da Igreja e das organizações de trabalhadores.

Foi neste contexto de "adeus às ilusões" que se deu a morte do padre Jósimo Tavares, Coordenador Pastoral da Diocese de Tocantinópolis, no Bico do Papagaio, área conflagrada pela

disputa em torno da terra. Foi morto no dia 10 de maio com um tiro nas costas, em plena luz do dia, no centro da cidade de Imperatriz, por pistoleiros a mando dos latifundiários da região.

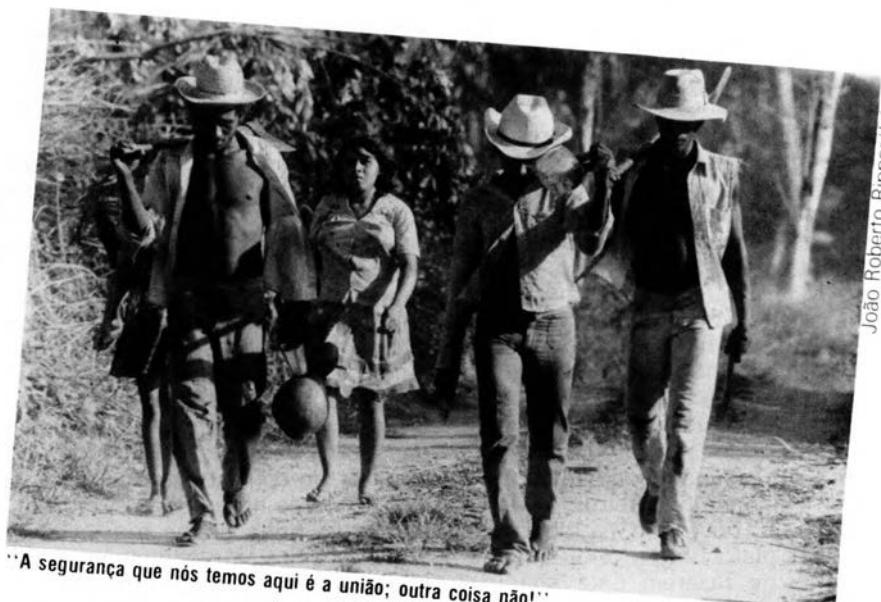
No dia 28 de maio, chegava ao Centro-Sul, para uma campanha de testemunho e denúncia em várias cidades, uma delegação composta por dª Olinda Tavares, mãe do padre morto, dª Raimunda Gomes da Silva, amiga da família, pe. Ricardo Rezende, Coordenador do Regional Araguaia Tocantins da CPT e Domingos Furlan, agente de pastoral da CPT no Bico do Papagaio, ambos também ameaçados de morte. No mesmo dia se soube que o Mirad e a presidência do Incra teriam novos titulares.

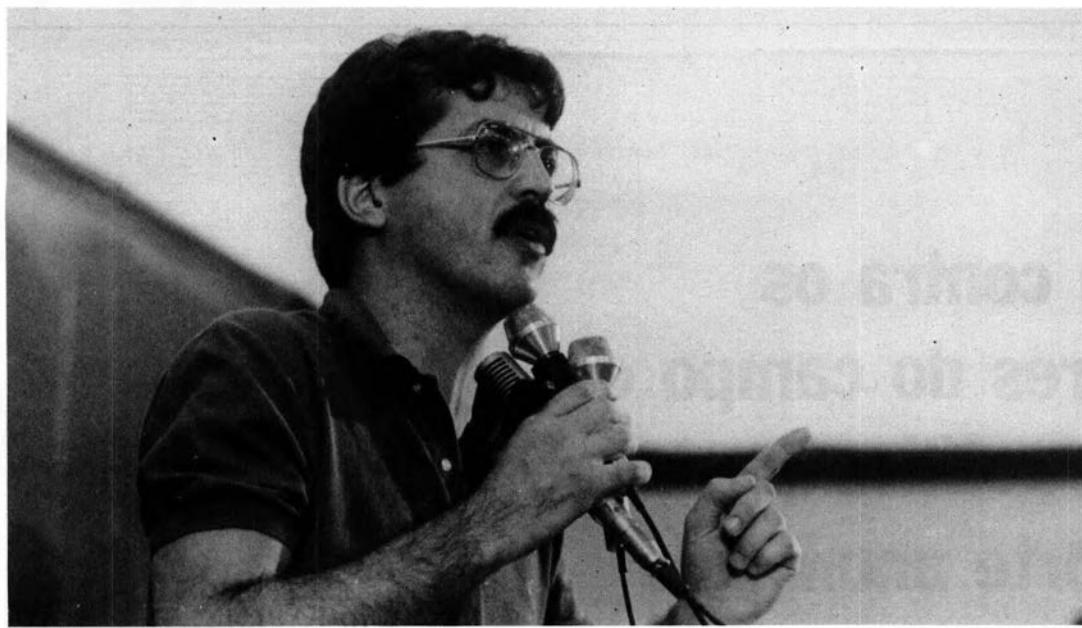
Acompanhamos a delegação no Rio

a uma série de encontros que foram poucos para atender a tantas solicitações que o impacto dos primeiros depoimentos da delegação causou por toda parte. De uma entrevista feita no CEDI, selecionamos dois pontos da reflexão feita por pe. Ricardo Rezende, Domingos Furlan e dª Raimunda Gomes da Silva.

A VIOLENCIA É GERAL, CRESCENTE, SELETIVA, OSTENSIVA E ORGANIZADA

TP — Ricardo, você poderia começar falando sobre a situação no campo. A situação no Brasil é de extrema violência no campo. O levantamento feito pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, apresenta mais de 1000 mortos nos últimos 21 anos. Se até 1982 o número de mortes se





João Robert Ripper/F4

Pe. Ricardo Rezende
Coordenador da CPT —
Regional Araguaia/Tocantins,
também insistentemente
ameaçado de morte.

mantinha mais ou menos estável, de lá para cá o crescimento foi vertiginoso: Em 1982, foram assassinados 58 trabalhadores; em 1983, o número de mortos subiu para 96; em 1984, para 126, em 1985, para 222; e, em 1986, até abril, segundo dados do Mirad, 115 trabalhadores já foram assassinados no campo.

Pe. Ricardo — Esta violência que se vê no campo tem algumas características. Em primeiro lugar é uma violência crescente. Não se encontra mais numa só área. Mesmo que haja maior incidência em determinadas regiões, a violência se espalhou. Em 82 havia notícia de morte em dois estados, mas em 84 e 85 já se tem mortos em 16 ou 18 estados. Em Minas Gerais onde há algum tempo não se registravam mortes, houve 35 mortes em 1985 por assassinato ou suicídio diante de pressões. Como o caso dra. Jurema Mendes, advogada de Patrocínio, filha de uma liderança sindical, que acabou se suicidando.

O segundo aspecto é seletivo. Não se mata mais aleatoriamente, gratuitamente. Existe na organização do crime a mesma intencionalidade que domina os órgãos de segurança. Nós temos uma declaração, por exemplo, de um pistoleiro. Havia tido diversas chacinas de janeiro a outubro do ano passado. O Sebastião da Terezona comandava um grupo de 18 pistoleiros que assassinou mais de 40 pessoas. Depois de insistentes denúncias (a Veja publicou fotos e tudo), o fato ganhou então uma dimensão nacional e a polícia prendeu alguns pistoleiros. Depois eles fugiram, ou foram fugidos, mas um desses pistoleiros revelou que meses antes de fazerem uma chacina, eles deslocavam homens para a área,

que, fingindo-se de trabalhadores rurais, se faziam passar por posseiros ou peões. Ali faziam um levantamento das pessoas, do grau de periculosidade que representavam para o proprietário. Então, a partir desses dados, iniciavam o processo de assassinatos. E ele chegou a passar para a imprensa, através de um jornalista, um papel manuscrito onde ele localizava muitas pessoas de São Geraldo que eu conhecia. Inclusive, Oneide, mulher do Gringo. Na frente do nome das pessoas, ele colocava um adjetivo, classificando-as: pessoa perigosa, fala bem. Isto explica as 14 lideranças sindicais que foram mortas, na região, em 1985, os quatro advogados que morreram, as duas irmãs e o padre. Então a gente vê que quem morre é o que puxa o trabalho, o que organiza, o que dá sentido à luta.

O terceiro aspecto da violência é a ostensividade. Não se mata mais escondido, lá no fundo da mata, como era comum. Hoje, eles não temem, e se necessário no centro da cidade dão um tiro na pessoa. Como o caso do padre Josimo, temos o do João Canuto que também morreu dentro da cidade de Rio Maria com seis tiros. De dia, não esperaram nem a noite. O caso de Jósimo é impressionante. O carro estava parado na rua, diversos dias antes. O assassino disse, numa região onde tinha muita gente que ia matá-lo: "Hoje o padre Josimo morre!" Era público, tanto que o padre Jósimo passou na casa de dª Raimunda e falou: "Estou correndo perigo, eu posso morrer". Três horas depois, morreu. O carro não tinha chapa fria, o homem que deu o tiro saiu caminhando, tinha muita gente na rua, ele entrou no carro e três horas depois o carro foi levado a

uma garagem para conserto. O assassino não fugiu da cidade, continuou em Imperatriz; um dos mandantes, que é vereador, ficou dias na região, andando para todos os lados. Todo mundo sabia que ele era um dos mandantes. Era público. O caráter ostensivo tem a ver com a impunidade. Todo mundo sabe que matar trabalhador não dá em nada.

TP — Queria perguntar sobre uma outra característica que acho que não é tão geral quanto as que você está falando. Matam-se camponeses e se mutilam camponeses. Em muitos desses casos, cortam-se orelhas, mãos. Como vocês entendem isto? Porque se faz isto? É uma coisa esporádica ou se faz muito isto?

Pe. Ricardo — É uma prática cada vez mais sistemática. Parece-me que é uma truculência para amedrontar o trabalhador: "Não só matamos, mas a gente tortura". Numa chacina, lá na Fazenda Surubim, os pistoleiros mataram um menino de 17 anos. O seu irmão fugiu, ficou de longe, e assistiu através das árvores. Ele disse que depois de o matarem com muitos tiros, cortaram a sua orelha. E não permitiram que enterrassem o corpo.

TP — Esta prática de não enterrar tem um significado?

Pe. Ricardo — Tem. É expor o corpo aos animais, à podridão em cima da terra. Isso humilha a família, desrespeita a memória do morto. Há um grau de sadismo, para amedrontar as pessoas, como o caso de um rapaz que trabalhava na fazenda do Presidente da Associação dos Empresários da Amazônia, Geremias Lunardele, trabalho escravo. Ele saiu da fazenda Capu, entrou na Alô Brasil, o "gato" foi atrás



"Pelos quatro cantos, desde o Presidente da República até os companheiros mais próximos, todos sabiam que o Pe. Josimo ia morrer".

dele conseguiu capturá-lo. Os seis outros companheiros de fuga passaram, mas este rapaz de 25 anos se agarrou na cerca. Então o "gato" abriu a cabeça dele com facão, depois mutilou o braço. Não tinha mais motivo para isso. E houve o caso do Belchior, liderança importante de Rio Maria. Era liderança de círculo bíblico, dirigente de comunidade. Mataram-no e uma enfermeira recebeu o corpo no hospital. Ela disse que contou 140 perfurações, que os olhos dele haviam sido perfurados e o pescoço quebrado. É uma violência muito grande; isto impressiona a gente.

O último aspecto da violência é o **organizativo**. É uma violência organizada. Há um processo de formação de milícias, de contratação de pessoas. Antes esse processo era mais individualizado. Tinha lá um pistoleiro, alguém ia lá e contratava. Mas de uns oito meses para cá, a ação começou a ter um caráter mais organizado. É evidente que a violência tem uma causa. Não é porque o fazendeiro é violento. A causa está na concentração de terra. É um grande negócio no Brasil especular com a terra, principalmente em área de fronteira. Você pode, por um preço muito baixo, comprar uma terra ou você pode simplesmente entrar numa terra pública e tomar conta dela. Não planta nada, nem faz cerca, faz apenas uma picada e espera passar a estrada. Além desse aspecto especulativo tem ainda a madeira, o mogno. Lá no Pará, o pau brasil e o minério. É uma área de grande incidência de minério. Tem ainda o fato de o governo considerar as benfeitorias realizadas na terra, portanto fonte de legitimação de direitos.

TP — Ricardo você falou que o as-

pecto organizativo da violência se nota de uns oito meses para cá. Isto tem a ver com o anúncio da proposta de Reforma Agrária?

Pe. Ricardo — Em parte tem, pelo seguinte: quando o governo falou em Reforma Agrária, embora fosse num discurso mais conservador que o Estatuto da Terra, os órgãos de comunicação noticiaram bastante. O rádio, a televisão falavam toda hora: Reforma Agrária, Reforma Agrária. O lavrador não leu o plano para saber o que estava escrito. Então esta massa que está passando fome, esprimida na periferia das cidades ocupou grandes extensões. E na cabeça do latifúndio, isto não poderia ter partido dos trabalhadores, eles seriam incapazes de ocupar uma terra de maneira organizada. Então tem que ter alguém atrás. Como a esquerda é inexpressiva nestas regiões, então é a Igreja, são as comunidades eclesiás de base. Eu próprio ouvi do presidente do sindicato patronal de Marabá (ele estava meio bêbado) que nós estávamos muito mais organizados do que eles, latifundiários. Que as comunidades eclesiás de base eram o partido mais organizado do Brasil. Que nós conseguímos ocupar o que queríamos e fazímos o que queríamos na questão fundiária.

Ali eles começaram a se reunir. Teve um papel importante a UDR (União Democrática Ruralista) mas também a APRUSP (Associação dos Produtores Rurais do Sul do Pará) e em vez de contratar individualmente combinaram de contratar coletivamente os pistoleiros e aí surgiu um fato novo no campo: é a reunião de dois, quatro, cinco e até dez latifundiários que contratam, por

exemplo, 16 pistoleiros que ficam permanentemente à disposição deles. É um conjunto de proprietários que possibilitam uma maior ofensiva da repressão. É claro que isto não seria viável se não houvesse também setores do Executivo local que participassem disto.

Por exemplo, prefeitos, (quase todos participam), boa parte dos vereadores e sobretudo a polícia. A polícia do Estado, seja de Goiás ou do Pará, acho que do Maranhão também, ela tem um grau de envolvimento com o latifúndio. Se um latifundiário pedir, ela é capaz de deslocar imediatamente 60, 80 até 100 soldados que são capazes de ficar uma, duas semanas à disposição do latifundiário, sem mandado judicial, sem nenhum respaldo legal, na base somente do arbítrio. Apesar disso eu acho que o latifúndio ficou com medo, porque a sociedade civil brasileira começou a falar em Reforma Agrária, entrou na ordem do dia este assunto e eles realmente pensaram que talvez não poderiam contar com a polícia. Houve um momento de dúvida com a Nova República em que pensavam que seria muito difícil o deslocamento de soldados para reprimir lavrador. Então, naquele período de dúvida, eles se articularam de forma bastante truculenta.

UMA VEZ NA LUTA, MUITO RESGUARDO PODE PARECER ABANDONO

TP — Domingos, fale um pouco sobre como vocês estão pensando em enfrentar essa violência? Como vocês pensam em proteger essas lideranças que estão sendo ameaçadas?

Pe. Domingos — A questão é que, em princípio, a gente está numa caminhada evangélica, onde a gente não pode descartar a possibilidade de um dia ter que cair por causa de umas bala. O ponto crítico é a queda. Em que momento pode acontecer? Eu pessoalmente tenho medo do excessivo resguardo. A gente acaba prejudicando o trabalho. Acaba prejudicando o contato com o povo. Por exemplo, nesse momento, no Bico do Papagaio, se a gente se resguardar em demasia a situação para o povo fica bastante frágil. Nesse momento, não precisa se desenvolver trabalho nenhum. É só eles saberem que a gente está na região, e tudo bem. Se a gente se resguarda demais dá a impressão que a gente abandonou a luta.

Por uma questão de fé, eu acredito que mesmo que isso aconteça, o cemitério está cheio de vitoriosos, e às vezes isso é inevitável. O próprio Josimo tinha assumido isso. Ele sabia que ia morrer, ele tinha se deixado penetrar pela morte (ver o testamento espiritual).

Na militância, essa questão ora vai, ora vem e a gente cai. A gente se pre-

cupa mais com as lideranças do povo do que com a dos agentes, conosco mesmo. Mas a gente procura cuidar da segurança. Desde que Josimo começou a sofrer ameaças, por exemplo, a gente procurava sempre ir junto com ele.

Agora tem certas situações, às vezes que é difícil a gente ter companhia. Cram-se assim momentos frágeis, em que fica fácil ser atingido.

Nesse atentado de Josimo, ninguém teria acreditado que ia acontecer naquele local. No entanto, mesmo que estivesse alguém junto, os caras teriam pegado ele.

A SEGURANÇA DO TRABALHADOR É ESSA: MORAR AOS GRUPINHOS, TUDO JUNTO

TP — Talvez a d.^a Raimunda pudesse falar alguma coisa do ponto de vista das mulheres trabalhadoras.

D.^a Raimunda — A única segurança que nós temos lá é a união. Porque segurança de autoridade, de polícia, essas coisas, nós não temos (ver carta do lavrador). Por isso os trabalhadores fazem questão de estarem juntos. Aon-

de tem um grupinho, tá junto; onde tem a casa de um, não tem só de um, porque corre risco deles entrarem e farem algum dano.

Pelo menos nós, lá em Sete Barras, moramos assim. Tem um grupo de lavradores que mora na beira do rio. Na entrada da mesma terra mora outro grupo de lavradores. Tem outros que trabalham na mesma terra, mas que não moram lá, moram um pouco adiante. Do outro lado, no canto dessa terra, tem outro grupinho.

Um dia, antes de sermos despejados, fomos cerca de oito mulheres quebrar coco; os homens foram para a derrubada, na roça. Quando nós chegamos nas primeiras casas do caminho, estava um grupo de mulheres e crianças que vieram nos dizer que tinha ido um povo lá pra tocar fogo nas casas.

Naquele dia, era pra ser tocado fogo nas casas e quem espirrasse de dentro era pra morrer. Se o povo não estivesse morando desse modo e, fosse só um povoado, eles tinham feito isso, tinham tocado fogo. Eles tentaram queimar as casas, mas tinham medo de passar nas outras casas, porque de qualquer maneira pra chegar perto das casas que queriam queimar tinham que passar pelas outras. Eles tinham medo de entrar porque do outro lado tinha outro grupinho de gente. E a gente soube, por notícia, que eles disseram que não dava para fazer isso, para queimar as casas lá.

Então, a segurança do trabalhador é essa, morar aos grupinhos. Tudo junto. Porque lá os trabalhadores não têm arma. Se andar armado é tomada a arma. A arma que eles têm é a fé, que segura eles, fé em Deus.

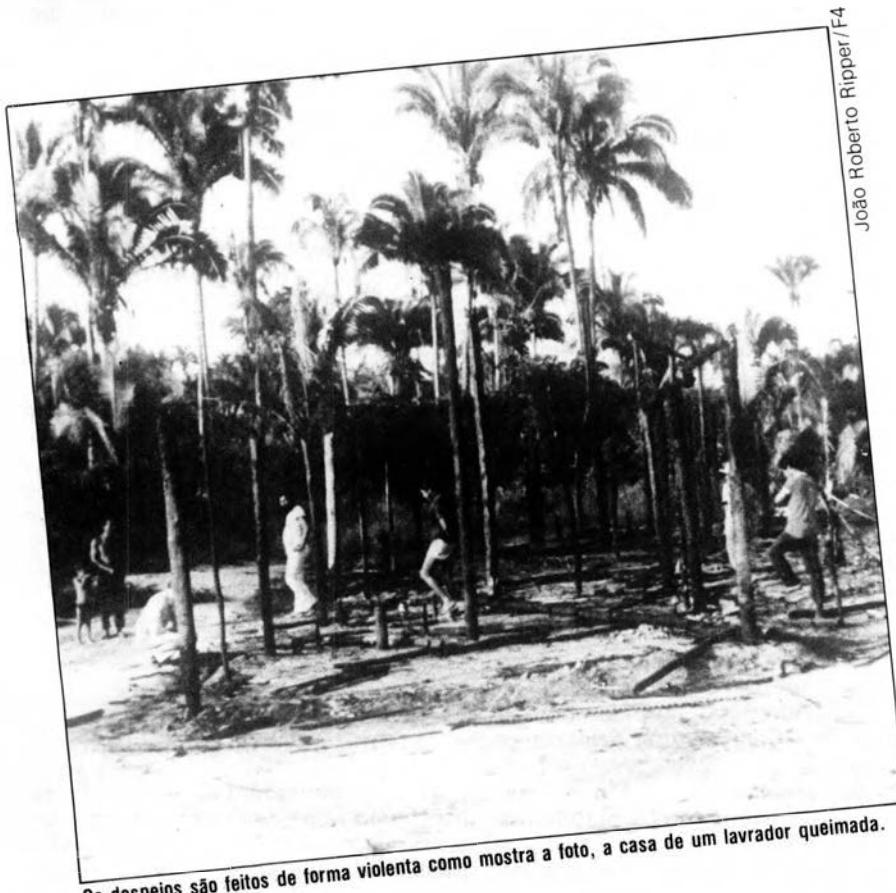
TP — E qual é o papel das mulheres nessa luta?

D.^a Raimunda — A mulher, ela tem um pouco de inteligência nisso. Quando os maridos vão pro roçado e elas ficam em casa — porque sempre não vão todas, ficam algumas — elas ficam vendo quem vai entrar, quem é a pessoa, quem não é. Elas cercam quem chega.

TP — Não fica nenhum homem para proteger vocês?

Dr. Raimunda — Não dá para ficar. Ficam as mulheres e os meninos menores, porque, por exemplo, se vier um ataque, alguma coisa, os homens estão na roça, aí a gente tem meio de esconder um menino pra ir rapidinho na roça, pra dizer o que está acontecendo.

Entrevista concedida no CEDI/Rio a Neide Esterci (CEDI-IFCS), Ivone Maggie, Rosilene Alvim (IFCS), Rosângela Oliveira (CEDI) e Jether P. Ramalho (CEDI).



Os despejos são feitos de forma violenta como mostra a foto, a casa de um lavrador queimada.

AS IGREJAS NO DEBATE DA CONSTITUINTE

CESE — Coordenadoria Ecumênica de Serviço

*Documento recomendado pelo
Conselho Nacional de Igrejas Cristãs
do Brasil (CONIC)*

*Ai dos que decretam leis injustas,
dos que decretam leis de opressão,
para negaram justiça aos pobres, para
arrebatarem o direito aos aflitos do meu povo...*

(Isaias 10,1.2)

A CESE — Coordenadoria Ecumênica de Serviço — como entidade constituída, por sete Igrejas (em nível nacional), desde 1973, tem estado, no seu ministério, em contato direto com as populações mais pobres, tanto nas periferias das grandes cidades como nas regiões rurais brasileiras, principalmente no Nordeste, através da intermediação e assessoria a centenas de projetos e grupos populares.

A propósito do grande debate e do movimento nacional em torno da Constituinte a CESE, em sua atuação direta e das Igrejas, tem constatado a grande distância entre as conversas e opiniões do povo da roça e das favelas e o processo Constituinte.

Os assuntos debatidos pelas populações empobrecidas retratam a sua situação concreta de fome, desemprego, desabrigado, doença, abandono e outros problemas semelhantes que devem fazer parte da pauta das discussões sobre a nova Constituição.

As Igrejas têm feito um esforço significativo para diminuir a defasagem existente entre os debates do povo e os grandes temas da Constituinte. Têm realizado encontros, reuniões, cursos, tomado, enfim, muitas iniciativas para alcançar o povo e favorecer-lhe a compreensão do que é a Constituinte. Já têm publicado cartilhas com linguagem acessível e ilustrações didáticas sobre as teses que vão ser debatidas na Assembléia Nacional Constituinte (ANC).

Entretanto, nas circunstâncias atuais, o povo está preocupado com outros problemas de sua realidade concreta e imediata colocando, por isso, em plano secundário os tópicos da ANC. Tal preocupação leva o povo a lutar e expressar seus problemas através de suas organizações mais autônomas, nas quais revela seu poder.

A força do povo manifesta-se no âmbito das lutas concretas mais do que naquele da lei. Isso deve ser lembrado por nós na hora em que desejamos favorecer o interesse pela Constituinte.

O fato é que apesar das inúmeras iniciativas, grande parte da população, especialmente os segmentos mais marginalizados da sociedade, não sabem ainda o que é Constituinte. Estes, geralmente limitados ao patamar da árdua luta pela sobrevivência, não conseguem ainda tirar outras consequências políticas de sua ação transformadora,

como esta de articular suas lutas de hoje com os temas permanentes e gerais de uma Constituinte. Este lapso pode-se dar também quando as propostas e publicações que se veiculam apresentam-se como projetos ideais sem considerar as debilidades do movimento popular.

Quanto ao governo, ao mesmo tempo em que deixa certo espaço para o debate popular, lamentavelmente segue, no essencial, o curso da história das sete constituições que o Brasil já teve, criando mecanismos que limitam de fato a participação popular e transformam a proposta de **Assembléia** Nacional Constituinte livre e soberana, em um **Congresso** Constituinte. Isto foi o que sucedeu quando se estabeleceu, por força dos termos de sua convocação pelo Presidente da República, que as eleições de novembro de 1986 não serão apenas para os constituintes mas, ao mesmo tempo, para as novas legislaturas do Congresso, das Assembléias Legislativas e para os próximos executivos estaduais, ou seja, os constituintes cuidarão ao mesmo tempo da elaboração de leis ordinárias.

SOMOS CONSTITUINTES ?

A representatividade dos senadores, ao não considerar a proporcionalidade dos habitantes por Estado da Federação também é questionável, assim como o fato de que um terço deles, indicados em 1982 e cujos mandatos terminam em 1990, participarem da ANC, mesmo eleitos sem delegação de poder constituinte. Além disso, o governo nomeou uma Comissão Mista pouco representativa para elaborar o anteprojeto do texto da nova Carta Magna, desconsiderando a enorme contribuição dos diversos setores populares organizados, que muito teriam a sugerir nessa fase de proposições, de preparo da Constituição brasileira.

Por isso é difícil conceber hoje que um brasileiro da favela ou do sertão possa dizer: "Eu sou constituinte" (salvo como exercício necessário e de estímulo à realização da cidadania); ou que alguém possa afirmar que vai ser instalada uma "Constituinte popular" como resultado das próximas eleições de novembro. Isso não ocorrerá porque

a realidade é outra. Este hiato entre o ideal e o possível deve ser sempre salientado nas discussões, mesmo considerando a possibilidade de crescer a influência da participação do povo pela aproximação de suas reivindicações e movimentos concretos com as formulações gerais a serem contempladas na nova Constituição.

Além dos obstáculos criados pelo próprio Governo, impedindo que cada brasileiro possa dizer "eu sou constituinte", há outros levantados entre ponderáveis grupos conservadores de brasileiros que desejam ser constituintes para pressionar e não permitir que haja na Nova Constituição uma opção preferencial pelo social e pelos mais carentes — justamente aqueles que não têm acesso aos direitos constitucionais elementares, nem à justa parcela da riqueza que produzem.

De um lado estão os latifundiários, preocupados com os hectares de terras que possam perder, muitos dos quais praticando simultaneamente atos de violência, que vão do banditismo puro e simples — devastação de lavouras, queimas de casas e assassinatos — até a criação de entidades próprias e leilões milionários para "comprar" constituintes contra a Reforma Agrária. De outro lado, estão empresários nacionais e estrangeiros dispostos a usar o poder econômico para "eleger" constituintes que votem as medidas necessárias à manutenção de seus privilégios. Esses setores são fortemente apoiados por grupos religiosos ultra conservadores, baluartes intransigentes e sacramentalizadores do "capitalismo selvagem", que não admitem que na nova Constituição hajam pontos favoráveis a um sistema econômico menos injusto e mais participativo.

EVANGELIZAR A POLÍTICA

As Igrejas nacionais, membros da CESE, pretendem atuar numa dimensão verdadeiramente ecumênica, mas preocupadas em defender os direitos do povo brasileiro do que seus interesses eclesiásticos, reconhecendo nisso uma exigência evangélica. Entendem que há necessidade de desenvolver esforços que propiciem maior participação

popular no processo que antecipa a realização da Assembléia Constituinte, para que a nova Carta, receba significativa contribuição do povo de Deus espalhado no vasto território brasileiro. Neste sentido, a Igreja sente como seu direito e dever encarnar-se, em meio aos desafios e aspirações do seu tempo, rumo à construção do Reino, porque o cristianismo deve evangelizar a existência humana em sua totalidade, inclusive a dimensão política.

Afinal, que Constituição vai ser essa?

Mesmo reconhecendo as limitações até aqui, quanto ao real envolvimento das Igrejas, às insuficiências dentro dos movimentos sociais organizados e ainda, pela reconhecida hegemonia conservadora no processo Constituinte, importantes esforços devem e podem ser realizados no âmbito eclesial, entre os quais destacam-se:

1. Reuniões dos vários setores da população para discutir propostas específicas que devem entrar no texto da Constituição.
2. Discussões sobre a escolha de representantes que estão sendo apresentados para a Constituinte (deputados federais e senadores), entendendo-se que os "candidatos evangélicos" ou "candidatos católicos" não devem ser indicados para defender uma pauta de interesses particulares dos evangélicos ou dos católicos, mas sim das reivindicações maiores do povo brasileiro.

Orientação sobre a escolha dos candidatos à Constituinte, destacando-se a importância daqueles que já demonstraram seu claro compromisso com as lutas do povo. Que embora reconhecendo que não haverá democracia estável sem partidos fortes e enraizados nos interesses populares, no atual estágio da democratização em nosso país, mais importantes que as filiações partidárias ou religiosas são os compromissos e testemunhos dos candidatos com a causa do povo.

3. Mobilizações populares devem ser apoiadas para levar às ruas, às praças e aos campos, temas importantes como: Reforma Agrária, Salário Justo, Organização Sindical, Lei de Greve, Estabilidade no Emprego, Condições Dignas de Existência, Dívida Externa, Segurança Nacional e outros problemas relevantes da sociedade brasileira que devem ser objeto de debates, estudos, para, ao final, serem incorporados ao novo texto constitucional.

Em todo este processo importa lembrar uma vez mais que, a despeito de todas as distorções anunciadas e previsíveis, o momento Constituinte é altamente significativo, pois é quando se pode mudar as principais leis do País. E é por isso mesmo um grave momento porque, se de um lado sabe-se do enorme abismo entre a explicitação das leis e a sua aplicação, a depender principalmente da pressão organizada dos interessados (a exemplo do Estatuto da Terra ou da Lei do Salário-Mínimo), por outro corre-se o risco até de retrocesso em certos aspectos democráticos já conquistados, como o voto do analfabeto ou a liberdade de organização partidária.

É fundamental que aproveitemos esse momento para extirpar de vez leis que foram criadas com a finalidade de dar sustentação ao regime autoritário e que até hoje persistem oprimindo e ameaçando o povo brasileiro.

Assim, apesar das iniciativas tomadas e de tantas que deverão ser ainda encaminhadas, a CESE entende que é dever imperativo das Igrejas esclarecer o povo sobre as limitações da nova Constituição, não como desestímulo, mas como renovado esforço no espaço que lhe é possível e legítimo interferir, para que se tire o melhor proveito em favor dos empobrecidos.

Não deve haver otimismo exagerado sobre os resultados da próxima Assembléia Nacional Constituinte, a ser instaurada a partir de janeiro de 1987. Sabe-se que a Constituição não vai mudar a fundo a situação de hoje. Seria uma ilusão, que mais uma vez frustraria o povo, acreditar que a nova Carta Magna, como num passe de mágica, venha melhorar radicalmente a nossa realidade.

CESE — COORDENADORIA ECUMÊNICA DE SERVIÇO

É constituída atualmente pelas seguintes Igrejas, em nível nacional: Igreja Metodista, Igreja Episcopal do Brasil (Comunhão Anglicana), Igreja Evangélica Pentecostal "O Brasil para Cristo", Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, Igreja Católica Romana (CNBB), Igreja Presbiteriana Unida do Brasil e Igreja Cristã de Confissão Reformada.

A Constituição refletirá, como um espelho, a atual correlação de forças políticas e sociais que compõem a sociedade brasileira, inclusive o nível de organização e consciência das diferentes classes e grupamentos sociais. Se o povo brasileiro, em especial os trabalhadores da cidade e do campo, não se manifestar massivamente, não apresentar publicamente suas propostas e principalmente não conseguir dar coesão e organicidade capaz de crescer a confiança aos olhos da Nação, mais uma vez será bastante frustrado o projeto histórico do movimento popular. A miséria, a fome e tantas formas de injustiça, servirão então de alimento à grande "armação" de clientelismo político e favores pessoais, capazes de eleger constituintes que não defenderão outros interesses que os dos grandes latifundiários e dos grandes grupos econômicos.

O caminho principal de uma Constituinte mais afinada com as aspirações populares, passa pelas lutas e sofrimentos do povo, e mesmo que a nova Constituição não atenda a muitas das necessidades do dia-a-dia do povo, ela será em si mesma uma denúncia e um anúncio que ajudarão a construir o nosso futuro.

*Rev. Antonio Olímpio de Sant'ana
Igreja Metodista
Presidente CESE*

*Pastor Helmut Burger
Igreja Evang. de Confissão Luterana do Brasil
Vice-Presidente CESE*

*Frei Félix Neeffes
Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
Tesoureiro CESE*

*Rev. Mozart João de Noronha Melo
Igreja Cristã de Confissão Reformada
Secretário CESE*

*Prof.ª Maria Helena Gastal
Igreja Episcopal do Brasil
Vogal CESE*

*Enilson Rocha Souza
Secretário Executivo*

Testamento espiritual do Pe. Josimo



Proferido no dia 27 de abril de 1986, na Assembléia Diocesana de Tocantinópolis (GO).

Pois é gente, eu quero que vocês entendam que o que vem acontecendo não é fruto de nenhuma ideologia ou facção teológica, e nem por mim mesmo, ou seja pela minha personalidade. Acredito que o porquê de tudo isso se resume em quatro pontos principais:

1 — Por Deus me ter chamado com o dom da vocação sacerdotal e eu ter correspondido.

2 — Pelo sr. bispo d. Cornélio me ter ordenado sacerdote.

3 — Pelo apoio do povo e do vigário de Xambioá, então Pe. João Caprioli, que me ajudaram a vencer nos estudos

4 — Por eu ter assumido esta linha de trabalho pastoral que pela força do evangelho me levou a comprometer-me nesta causa a favor dos pobres, dos oprimidos e injustiçados.

O discípulo não é maior do que o Mestre... "Se perseguiram a mim, hão de perseguir vocês também..."

Tenho que assumir. Agora estou empenhado na luta pela causa dos pobres lavradores indefesos, povo oprimido nas garras dos latifúndios. Se eu me calar quem os defenderá? Quem lutará a seu favor?...

Eu pelo menos não tenho nada a perder. Não tenho mulher, filhos e nem riqueza sequer, ninguém chorará por mim...

Só tenho pena de uma coisa: De minha mãe que só me tem a mim e não mais ninguém por ela. Pobre viúva. Mas vocês ficam aí e cuidarão dela.

Nem o medo me detém. É a hora de assumir. Morro por uma justa causa.

Agora quero que vocês entendam o seguinte: Tudo isto que está acontecendo é uma consequência lógica resultante do meu trabalho, na luta e defesa pelos pobres em prol do Evangelho que me levou a assumir até as últimas consequências.

A minha vida nada vale em vista da morte de tantos pais lavradores assassinados, violentados, despejados de suas terras. Deixando mulheres e filhos abandonados, sem carinho, sem pão e sem lar.

Cercados por tantos mártires (Hb 12,2s)

Marcelo Barros Souza

O assassinato do padre Josimo, como o alto número de vítimas dos conflitos de terra nestes últimos anos, traz desafios sérios e novos para a fé dos cristãos.

Nos funerais ou nas celebrações que se fazem em memória destes irmãos, eles são sempre chamados de mártires. Neste ano está sendo comemorado o Ano dos Mártires.

MÁRTIR, PALAVRA PERIGOSA

Às vezes, é com um certo orgulho que alguns pastores ou fiéis falam que temos mais um mártir em nossa Igreja. Podem até repetir que o sangue dos mártires "é semente de novos cristãos" (Tertuliano, séc. II); ou se dirá, hoje em dia, semente de libertação.

Assim, enterram ou fazem memória de um companheiro morto e já se preparam para fazer outro elogio do martírio em espaços de tempo cada vez mais breves e freqüentes.

Há uma maneira de falar este tipo de coisas que parece fazer parte de um ritual modernoso de uma Igreja que enterra seus filhos trucidados dizendo, de modo simbólico, que aquela morte não é tão trágica assim; que ela contém até algo de natural... Enfim, o irmão morto é promovido de pessoa crítica ou incômoda a herói e mártir.

Há pessoas que não fazem uso desses termos levianamente, ou para se descomprometer. Entretanto, se não há um profundo compromisso de vida e afeição, este tipo de discurso disfarça a tragédia do ocorrido e mais agride do que conforta os parentes e companheiros das vítimas.

O que se deve concluir então? Não se deve ou não se pode chamar a morte destes irmãos de martírio? Pensar isso seria uma conclusão inadequada. Devemos e podemos usar as categorias do martírio para estes irmãos, contanto que nossos pressupostos sejam mais profundos e as consequências mais realistas.

MÁRTIR, TESTEMUNHA DO CRISTO

O que caracteriza o Cristianismo é levar a sério a vida e, por isso, também a morte. Jesus Cristo e seus discípulos não escamotearam a realidade terrível da morte. E se qualquer morte já é em si como o antiprojeto de Deus, c Deus da vida, o que não dizer de uma morte provocada e fabricada violentamente pelos opressores?

Douglas Mansur



Lembrando os mártires da caminhada. Celebração ecumênica em São Paulo.

Neste sentido, os cristãos sempre afirmaram que os responsáveis “vão prestar contas do sangue derramado”.

Se os antigos sublinharam o valor e a dignidade dos mártires é para reforçar a esperança e a continuidade da luta.

Há pessoas “tradicionais” que julgam errado chamar de mártires as vítimas da terra. O argumento principal é que não deram a vida explicitamente pela fé ou pelo Evangelho.

Provavelmente nunca ouviram a palavra de Jesus que disse: “Felizes os perseguidos por causa da justiça” (Mt 5,10), quando, segundo eles, deveria ter dito: “Felizes os perseguidos por falar bem a sua fé cristã ou por defenderem a instituição da Igreja”.

Graças a Deus, os santos antigos interpretaram bem o Evangelho. Santo Agostinho poderia resumir esta discussão quando ensinou: “O que faz o mártir não é o tipo de sofrimento e sim a causa que ele defende”. (citado por E. Honaert em “Memórias do povo cristão”).

Sendo assim, o pe. Josimo, como tantos e tantos irmãos que deram a vida pela causa do povo, para que a “terra de Deus seja terra de irmãos”, é plenamente mártir e deu o testemunho maior de Jesus Cristo e do Reino de Deus através da sua luta, às vezes só reconhecida depois de sua morte e do modo como morreu.

Suas palavras na assembléia diocesana de Tocantinópolis (abril de 86) vale para nós como testamento e revelam sua disposição de ir até o fim na doação aos lavradores.

A ele podem se aplicar as palavras que tantas vezes na Eucaristia os celebrantes dizem de Jesus Cristo: “Estando para ser entregue e abraçando livremente a paixão.”

E o exemplo de Josimo ajuda a compreender como esta expressão teológica “abraçando livremente a Paixão” não anula nem nega que, durante sua vida, diversas vezes Jesus se escondeu para não morrer (ex: Mc 7,24), e que, mesmo na hora em que foi preso em Jerusalém, ele estava em um jardim fora da cidade, sítio clandestino, onde, com mais segurança, costumava ir rezar (Jo 18,1ss).

Na Igreja primitiva, Santo Inácio de Antioquia caminhou resolutamente para o martírio e até pediu aos cristãos de Roma que não intercedessem ao Imperador para salvar a vida dele. Mas, menos de um século depois, já se discutia na Igreja cristã o direito e até o dever dos cristãos fazerem tudo para não serem facilmente presos e martirizados.

Tertuliano, que é muito rigoroso, tem de escrever um livro sobre “A Fuga”. Nele, argumenta: “A perseguição é uma batalha e o soldado não pode desertar diante do inimigo” (De fuga X, 1-2).

Aprendemos com estes santos o contexto militante e engajado do martírio dos cristãos.

Até os séculos 3º e 4º, mártires eram não só os que morriam pela causa do Reino, mas os que resistiam e conseguiam sair vivos das torturas e atentados. Estes tinham lugar próprio nas comunidades e eram muito considerados.

PISTAS DE CONCLUSÕES

1. O objetivo com o qual os cristãos, desde os primeiros tempos da Igreja, salientaram o martírio (testemunho) dos seus irmãos mortos ou feridos foi e é o de fortalecer a resistência dos que permanecem lutando, e chamá-los à radicalidade na caminhada, animados pelo testemunho do irmão que os antecedeu na luta.

2. Um ponto importante e básico desta herança, deste testamento deixado pelos irmãos que, como Josimo, morreram para que o povo possa viver, é realmente a defesa, o cuidado e a máxima segurança com a vida. O martírio de uns deve nos levar a fazer tudo para que outros não morram. Talvez até agora não fizemos tudo o que era possível neste ponto.

É absolutamente fundamental evitar novas mortes para que o sangue dos que morreram seja fecundo.

3. A história do Cristianismo, como nossa opção de viver e compreender a fé dentro da realidade, deve nos levar a nunca falar da elevada dignidade do martírio e dos mártires, esquecendo a fisionomia concreta e sócio-política que este martírio teve. A Teologia da Libertação desenvolveu os aspectos políticos e conflitivos da paixão e morte de Jesus Cristo. Aprofundando esta dimensão se valoriza sempre “a entrega” de Jesus Cristo, mas, ao mesmo tempo, se percebe nosso caminho e luta mais próximos aos de Cristo.

Neste sentido, a cruz, que foi o instrumento da morte do Cristo e era o suplício dos escravos fugidos e dos condenados políticos, tornou-se sinal da salvação e força para os que seguem Jesus Cristo.

No caso do pe. Josimo e de tantos mártires da terra, a cruz já não é um instrumento tão concreto no qual se pode amarrar e pendurar alguém. A cruz na qual Josimo e nossos mártires da terra morreram é a mesma cruz, que nós devemos tomar e carregar em nossa luta. Esta cruz, muito concretamente, se chama, no Brasil, Reforma Agrária.

Marcelo Barros Souza, OSB é assessor teológico da Comissão Pastoral da Terra (CPT).

Carta de um lavrador ao Presidente da República

Exmo Sr. Presidente da República José Sarney, comunico-lhe que os pistoleiros estão acabando com o pessoal do Brejão e a justiça não toma nenhuma providência, por sinal em minha casa eles mataram meu filho e me balearam, eu quase perdi a vida também. Isto aconteceu dia 02/02/86.

Sr. Presidente, as autoridades tiveram conhecimento mas não tiveram providência, por isso eu acho que a justiça está do lado deles. Eu perdi tudo que tinha, a importância de 70 mil cruzados por causa destes pistoleiros, e eles ainda estão falando que vão matar mais.

Os assassinos são chamados Belim e Baltazar, ambos são irmãos, e

Cunga, cunhado dos dois. Sr. Presidente aqui em Brejão está muito perigoso, os assassinos matam gente quase todos os dias, e quem corre é a família do morto, mas, os assassinos ficam lá dizendo que vão matar mais. Sr. Presidente, eu moro no Brejão desde 1973 e ninguém nunca registrou uma queixa minha e agora eu tenho que sair daqui como um assassino.

Aguardo uma decisão sua,

Brejão, 24 de maio de 1986

Atenciosamente,

Claudenar Rodrigues da Silva

Sou um selvagem

(Em 1854, o presidente dos Estados Unidos propôs a compra de uma grande zona territorial aos índios, prometendo-lhes uma "reserva". A resposta do chefe índio é tida como a mais bela e profunda declaração jamais feita sobre o meio ambiente).

Como podeis comprar ou vender os céus, o calor, a terra?

A idéia nos parece estranha.

Se possuimos a frescura do ar e os reflexos da água, de que maneira podereis comprá-los?

Cada pedaço desta terra é sagrado para o meu povo. Cada folha brilhante de pinheiro, os rios cheios de areia, a neblina nos bosques, as clareiras, o zumbir dos insetos, tudo é sagrado na lembrança e na vida do meu povo. Como a seiva que corre nas árvores, estas coisas correm dentro de nós.

Os mortos dos homens brancos se esquecem do lugar onde nasceram, pois que depois de mortos vão andar entre as estrelas.

Mas os nossos mortos jamais esquecem esta terra magnífica, pois ela é a mãe do homem vermelho. Somos parte dela e ela é parte de nós. As flores perfumadas são nossas irmãs; o cervo, os cavalos, a grande águia, todos são nossos irmãos. Os picos rochosos das montanhas, os perfumes dos prados, o calor dos cavalos e dos homens — tudo pertence a uma mesma família.

Assim, o Grande Chefe de Washington, mandando dizer que quer comprar nossas terras, está pedindo demais de nós. Diz-nos o Grande Chefe que nos reservará lugares onde poderemos viver de forma confortável. E que ele será, para nós, como um pai, e que nós seremos, para ele, como filhos. Pensaremos na sua oferta de comprar a nossa terra. Mas não vai ser fácil. Pois esta terra nos é sagrada.

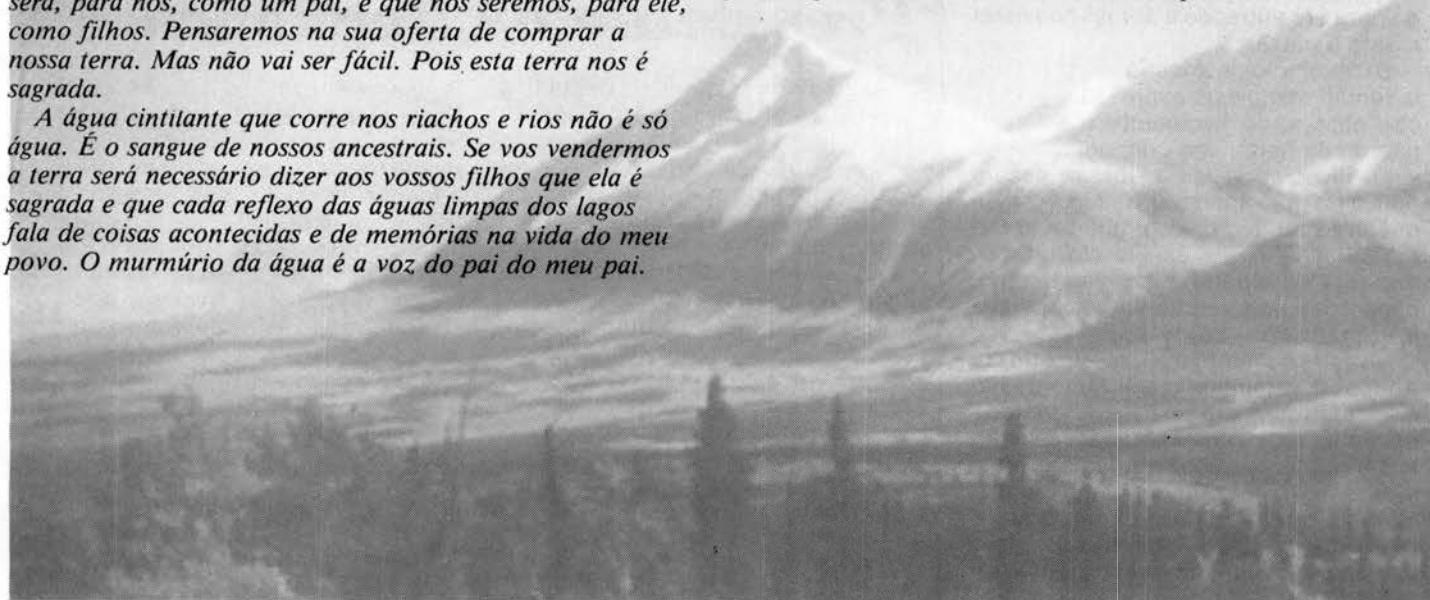
A água cintilante que corre nos riachos e rios não é só água. É o sangue de nossos ancestrais. Se vos vendermos a terra será necessário dizer aos vossos filhos que ela é sagrada e que cada reflexo das águas limpas dos lagos fala de coisas acontecidas e de memórias na vida do meu povo. O murmúrio da água é a voz do pai do meu pai.

Os rios são nossos irmãos. Eles saciam a nossa sede, levam nossas canoas, alimentam os nossos filhos. Se nós vendermos a nossa terra então será preciso que vossos filhos sejam ensinados, e que eles aprendam que os rios são nossos irmãos, e deles também. E eles deverão dar a eles a mesma ternura que se dá para um irmão.

Sabemos que o homem branco não entende os nossos costumes. Para ele um pedaço de terra é igual a um pedaço da terra vizinha: ele é um estranho que chega e, às escondidas, se apossa da terra que deseja. A terra não é sua irmã mas sua inimiga. Uma vez conquistada ele a abandona e vai em frente. Ele abandona o lugar onde os seus avós foram enterrados e isto não o entristece. Ele tira da terra os seus filhos, e isto também não o entristece. O túmulo dos seus avós e o patrimônio dos seus filhos caem no esquecimento. Sua mãe, a terra, seu irmão, o céu, ele os trata como se fossem mercadorias, coisas que se pode comprar, pilhar, vender, como se fossem carneiros ou contas de vidro. Sua voracidade arrasará a terra e ela acabará por se transformar num deserto.

Não sei. Nossos costumes são diferentes dos vossos. Ver vossas cidades faz mal aos olhos do homem vermelho. Mas é possível que isto aconteça porque o homem vermelho é um selvagem e não comprehende...

Não há, nas cidades do homem branco, nenhum lugar calmo. Não há lugar onde se possa ouvir as folhas caindo, na primavera, ou para se ouvir o zumbido das asas de um inseto. Mas pode ser que isto se deva ao fato de que eu sou um selvagem, e não entendo. A barulheira parece que vai estourar os ouvidos. E que interesse haverá



na vida se não pudermos mais ouvir o grito solitário do corvo noturno, ou o coaxar das rãs, às margens da lagoa, à noite? Eu sou vermelho e não entendo. O índio prefere o doce ruído do vento, que se lança qual flecha sobre o espelho de um lago, e o seu aroma molhado de chuva ou perfumado pelo pinheiro manso.

O ar é precioso ao homem vermelho, pois todas as coisas participam do mesmo sopro: o animal, a árvore, o homem. E eles dividem, todos, o mesmo ar. O homem branco parece nem se lembrar do ar que respira. Mas, se nós vendermos a nossa terra, tereis de vos lembrar que o ar nos é precioso, e que ele dá o seu espírito a todos os que ele faz viver. O vento, que deu ao nosso avô o seu primeiro fôlego, recebeu também o seu último suspiro. E se nós vendermos a nossa terra, devereis tê-la como sagrada, como um lugar onde até mesmo o homem branco poderá sentir o vento, adoçado pelas flores dos pinheiros.

Vamos pensar na vossa oferta de comprar nossas terras. Mas, se decidirmos aceitá-la, imporei uma condição: o homem branco deverá tratar os animais selvagens como irmãos.

Eu sou um selvagem e não conheço outra maneira de viver. Vi mais de mil búfalos apodrecendo nos campos, abandonados pelo homem branco, que os abateu de um trem que passava. Eu sou um selvagem e não comprehendo que o "cavalo de ferro", expelindo fumaça, possa ser mais importante que o búfalo, que só matamos para poder viver.

O que é o homem sem os animais?

Se todos os animais desaparecerem o homem acabará por morrer, cercado por uma grande solidão. O que acontecer aos animais acontecerá também aos homens, pois todas as coisas dependem uma das outras.

Deveis ensinar a vossos filhos que o chão em que pisam é feito com as cinzas dos nossos avós. Dizei a eles que respeitem a terra, pois ela foi fertilizada com vidas de nossa raça. Ensinais aos vossos filhos aquilo que ensinamos aos nossos: que a terra é nossa mãe. Tudo o que acontecer a terra acontecerá também aos filhos da terra. Se os homens cospem no chão estão cuspindo neles mesmos. De uma coisa, pelo menos, estamos certos: a terra não pertence ao homem; é o homem que pertence à terra. Isto, nós sabemos. Todas as coisas são como o sangue que une uma família. Todas as coisas são dependentes umas das outras. Tudo o que acontece à terra acontece também ao filho da terra. Não foi o homem que teceu a teia de sua vida; ele é nada mais que um simples fio desta mesma teia. Tudo o que fizer a esta teia, ele estará fazendo a si mesmo.

Mesmo o homem branco, com quem Deus passeia e conversa como se fossem dois amigos comuns, não pode fugir de um destino que nos une a todos. No final das contas é possível que sejamos irmãos. E há uma coisa que sabemos e que o homem branco um dia talvez descobrirá: nosso Deus é um mesmo Deus. Agora pensais em possuir a nossa terra. Mas isto não é possível. Ela pertence a Deus e os seus sentimentos são iguais tanto para com o homem branco quanto para com o vermelho.

Esta terra lhe é preciosa. Danificá-la é desprezar o seu Criador. Também os brancos desaparecerão. Talvez mais cedo que todas as outras tribos. Se contaminares esta terra sereis sufocados, numa noite, nos vossos próprios excrementos.

Morrendo, os senhores terão um brilho esplendoroso e ardente, como a força do Deus que os trouxe até aqui, fazendo-os dominar esta terra e o homem vermelho. Isto é um mistério para nós, pois não entendemos as razões por que os búfalos são massacrados, os cavalos selvagens são domados, os refúgios secretos das florestas se enchem de fumaça e a vista das colinas floridas é manchada pelos fios que por elas passam.

As noites, onde estão? Desaparecidas.

E a águia? Também desaparecida.

É o fim da vida. Aqui se inicia a luta pela sobrevivência.

Algumas conquistas da Nicarágua, no sétimo aniversário da Revolução

Jorge Jenkins Moliere

A vitória da Revolução Popular Sandinista significou o fim do largo período de miséria e opressão sob o qual a família Somoza manteve o povo nicaraguense. Depois da vitória, inaugurada a fase de Reconstrução Nacional, o novo governo, com seu povo, dedicou-se à tarefa de reorganizar a mal conduzida economia do país e restituir os serviços básicos à sociedade. As circunstâncias não podiam ser mais difíceis: o imenso trauma de mais de 50 mil nicaraguenses mortos na guerra, o país semidestruído e o tesouro nacional vazio em consequência do último roubo de Somoza que, antes de sair do país, levou as reservas do Banco Central.

Além de expropriar as propriedades de Somoza e de seus colaboradores, o governo revolucionário iniciou as primeiras transformações na área social, como as que ocorreram no campo da educação, saúde, moradia e bem-estar social. Talvez o êxito mais destacado tenha sido a grande Cruzada Nacional de Alfabetização (1980) que mobilizou mais de 180 mil pessoas durante vários meses, ensinando a ler e a escrever a 406.056 nicaraguenses e reduzindo, assim, o índice de analfabetismo no país, de 50% para somente 13%. Seguiu-se, a essa campanha, a alfabetização especial em línguas indígenas para as minorias étnicas do país. Importa destacar que, no planejamento dessa imensa obra humanista, contribuíram, com sua experiência, ilustres educadores, como o brasileiro Paulo Freire. À Cruzada Nacional de Alfabetização, seguiu-se um programa permanente de educação de adultos. Atualmente, um terço de toda a população

do país (3 milhões de habitantes) está inscrito em algum programa de escolaridade oficial.

Em 2 de novembro de 1979, foram nacionalizadas as minas na Nicarágua, expulsando-se de uma vez por todas as companhias norte-americanas que, durante várias décadas, exploraram as riquezas auríferas da Nação, deixando, em contrapartida, exércitos ambulantes de tuberculosos, principalmente entre a população indígena miskita, empregada nessas empresas. A esta nacionalização, seguiram-se as da pesca e do setor florestal, implicando no cancelamento de enormes concessões para a exploração dos recursos naturais; na prática, essas concessões a companhias estrangeiras favoreciam que se tornassem verdadeiras repúblicas dentro da Nicarágua, onde a única lei vigente era a vontade soberana dos empresários norte-americanos. Com a nacionalização das riquezas naturais, a Revolução tornou realidade um antigo sonho de justiça e restituíu a soberania nacional, tão pisoteada pelos governos entreguistas anteriores.

A Revolução nicaraguense lançou suas bases programáticas em torno dos princípios de uma democracia popular, onde se destacam o pluralismo político, a economia mista e o não alinhamento, no campo internacional. Estes princípios estão presentes na atividade política da população e no pleno exercício de sua participação organizativa, tal como ocorreu nas eleições de 1984, onde participaram sete partidos com ideologias as mais variadas e tal como ocorre agora, no processo de elaboração da nova Constituição política que completará o processo de institucionalização revolucionária; no mo-

Carlos Brandão



mento, estão sendo realizadas consultas constitucionais, através das quais a população manifesta, publicamente, seu ponto de vista sobre o texto constitucional que estará pronto no final desse ano.

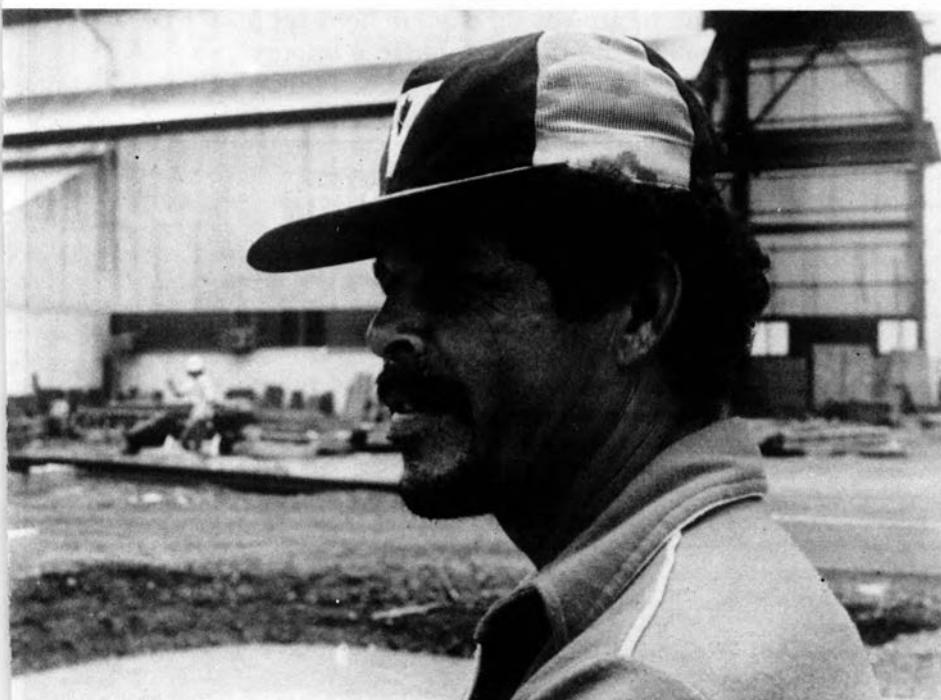
Um dos êxitos mais importantes para a transformação econômica e social da Nicarágua foi a Reforma Agrária. A Nicarágua é um pequeno país de 130 mil Km², cuja população camponesa ficou despossuída e sem terra até 1979. Em 1981, o governo revolucionário promulgou a Lei de Reforma Agrária que, de fato, tinha começado a se concretizar em 1979, com o confisco de 1.130



Área: 120.254 km²

População: 2.823.979 hab. (1981)

Dívida externa: US\$ 3,9 bilhões (1984)



Com a vitória da Revolução Sandinista acabou um longo período de miséria e opressão para o trabalhador nicaraguense.

mil hectares pertencentes ao ditador Somoza e à sua camarilha (20% da área agrícola nacional). Essas terras foram transformadas em empresas estatais de produção e, assim, o Estado passou a estar presente, pela primeira vez, nesse importante setor da economia nacional. Do mesmo modo, o governo favoreceu e instituiu a propriedade coletiva (cooperativas) entregando títulos de propriedade a mais de mil dessas instituições, superando amplamente o total de 132 existentes quando a Revolução triunfou.

Em 1985, o governo da Nicarágua comprou terras de proprietários parti-

culares, no valor de 21,4 milhões de dólares, para continuar a implantação da Reforma Agrária, entregando, em seguida, títulos de propriedade a pequenos e médios produtores. Em 1986, a Presidência da República reformou o decreto-lei da Reforma Agrária de 1981 e garantiu a existência de várias formas de propriedade no campo nicaraguense, testemunhando dessa forma a solidez do princípio de economia mista. Esta reforma contempla, também, a intervenção em qualquer propriedade privada, se ela estiver abandonada, ociosa ou com produção ineficiente. Contempla, também, o caso extremo

de confisco de propriedades por utilidade pública ou interesse social.

Com a presença do Estado, das cooperativas e dos pequenos e médios produtores, no setor agrário nicaraguense, a posse da terra mudou sua estrutura, verificando-se, agora, uma nova hegemonia no campo, como se pode ver neste quadro:

Estrutura atual da posse da terra na Nicarágua				
Individual	Cooperativas	Estatal	Pais	
Mais de 350 ha. 11%				
De 140 a 350 ha. 13%				
De 35 a 140 ha. 30%				
De 7 a 35 ha. 7%				
Total 61%	20%	19%	100%	

Foram entregues, até agora, aos camponeses, 1.700.000 ha. da área agrícola total, beneficiando mais de 57 mil famílias de lavradores. A Reforma Agrária nicaraguense é de caráter integral, já que, além da entrega de terras, é dada assistência técnica e financeira aos camponeses, são abertas estradas para o escoamento da produção, instaladas escolas, centros de saúde, construídos serviços básicos e centros de armazenamento, garantindo-se, também, a compra da produção a preços oficiais, fixados pelo governo revolucionário.

A Reforma Agrária, tanto pelo seu caráter, quanto pela sua importância estratégica para a Revolução, tem sido

um dos alvos preferidos dos agressores mercenários que, através do terror e da destruição, querem devolver os camponeses às trevas do passado. Esses trabalhadores abriram os olhos e se organizam para conquistar um brilhante e permanente futuro na defesa de seus próprios interesses.

O governo revolucionário também conseguiu importantes avanços na área da saúde pública. Em primeiro lugar, foi dada atenção prioritária aos aspectos preventivos da saúde, particularmente, à área materno-infantil. Nesse sentido, as velhas estruturas foram transformadas, criando-se o Serviço Único de Saúde que eliminou a concepção de que a doença do povo pode converter-se em um lucrativo negócio, como acontecia na época de Somoza.

A organização popular permitiu que, na Nicarágua, as ações de saúde tivessem um selo autenticamente democrático, como ocorre com as Jornadas Populares de Saúde. Graças a isto, foram realizadas amplas campanhas de vacinação, permitindo que, na Nicarágua, não tenha ocorrido sequer um caso de poliomielite, desde 1982 e que tenham diminuído, de forma destacada, outras doenças como o sarampo, a raiiva humana, a tuberculose e a coqueluche. Quanto à malária, que superava, anteriormente, 20 mil casos por ano, houve também uma importante diminuição na incidência. A mobilização popular, dirigida pelas autoridades da saúde, contribuiu, de forma decisiva, para o enfrentamento de situações de emergência, como aconteceu recentemente com o dengue. A aplicação do sistema de reidratação oral está mudando o panorama das principais causas de morte entre a população infantil. A mortalidade infantil, que antes era de 121 por mil crianças nascidas vivas, é, agora, de 44 por mil.

O problema da saúde na Nicarágua está, também, ligado à agressão mercenária e ao bloqueio comercial imposto pelos Estados Unidos. Praticamente todo o equipamento hospitalar nicaraguense é de fabricação norte-americana, fazendo com que as peças de reposição sejam muito difíceis de conseguir. Mas, mesmo assim, isto não prejudica a firme vontade do povo e do governo da Nicarágua de continuarem desenvolvendo ações para dar ao povo as condições de saúde que esperou por tanto tempo. (Tradução: DA).

Jorge Jenkins Molieri é embaixador da República da Nicarágua no Brasil.

Assine a Revista

tempo e presença

Publicação mensal do CEDI, com temas da atualidade analisados na perspectiva do ecumenismo comprometido com os movimentos populares.

Assinatura anual:

Cz\$ 50,00

Assinatura de apoio:

Cz\$ 100,00

América Latina: US\$ 30

América do Norte: US\$ 40

Europa, África e Ásia: US\$ 45

Fazendo uma assinatura de apoio
você recebe de brinde
um exemplar dos Cadernos do CEDI.

Nome: _____

Endereço: _____

Cidade: _____ CEP: _____ Est.: _____

Telefone: _____ Profissão: _____ Idade: _____

Faça sua assinatura através de cheque nominal para o CEDI —
Centro Ecumênico de Documentação e Informação — Av.

Higienópolis, 983 — 01238 — São Paulo — SP.

Assine o Boletim

Aconteceu

Publicação semanal com um resumo das principais notícias veiculadas pelos órgãos de imprensa do país.

Assinatura anual Cz\$ 30,00

América Latina: US\$ 50

América do Norte: US\$ 65

Europa, África e Ásia: US\$ 75

Nome: _____

Endereço: _____

Cidade: _____ CEP: _____ Est.: _____

Telefone: _____ Profissão: _____ Idade: _____

Faça a sua assinatura através de cheque nominal para o
CEDI — Centro Ecumênico de Documentação e Informação
Rua Cosme Velho, 98 — fundos — CEP 22241
Rio de Janeiro — RJ.

A CONTECEU ESPECIAL

Trabalhadores rurais 1980.....	Cz\$ 10,00
Trabalhadores urbanos 1980.....	Cz\$ 10,00
Trabalhador urbano 1981.....	Cz\$ 10,00
Trabalhador rural 1981.....	Cz\$ 10,00
Fiat 1981.....	Cz\$ 10,00
Igrejas: Desenvolvimento e participação popular.....	Cz\$ 20,00
Povos Indígenas no Brasil 83.....	Cz\$ 30,00
Povos Indígenas no Brasil 84.....	Cz\$ 55,00

Faça seu pedido através de cheque nominal para o CEDI
(Av. Higienópolis, 983. CEP 01238 — São Paulo — SP).

EUA e militarização na América Latina

Newton Carlos

Os Estados Unidos criaram um "sistema de segurança regional" no Caribe. O quartel-general é em Barbados e já foram realizadas manobras conjuntas (tropas do "sistema" e norte-americanas) que incluíram uma invasão "hipotética" da ilha de Granada. Por inspiração do Pentágono o comandante das forças armadas de Honduras propõe a criação de um mesmo sistema na América Central. Os norte-americanos já construíram em Honduras, bases, pistas de aviação e centros de treinamento militar.

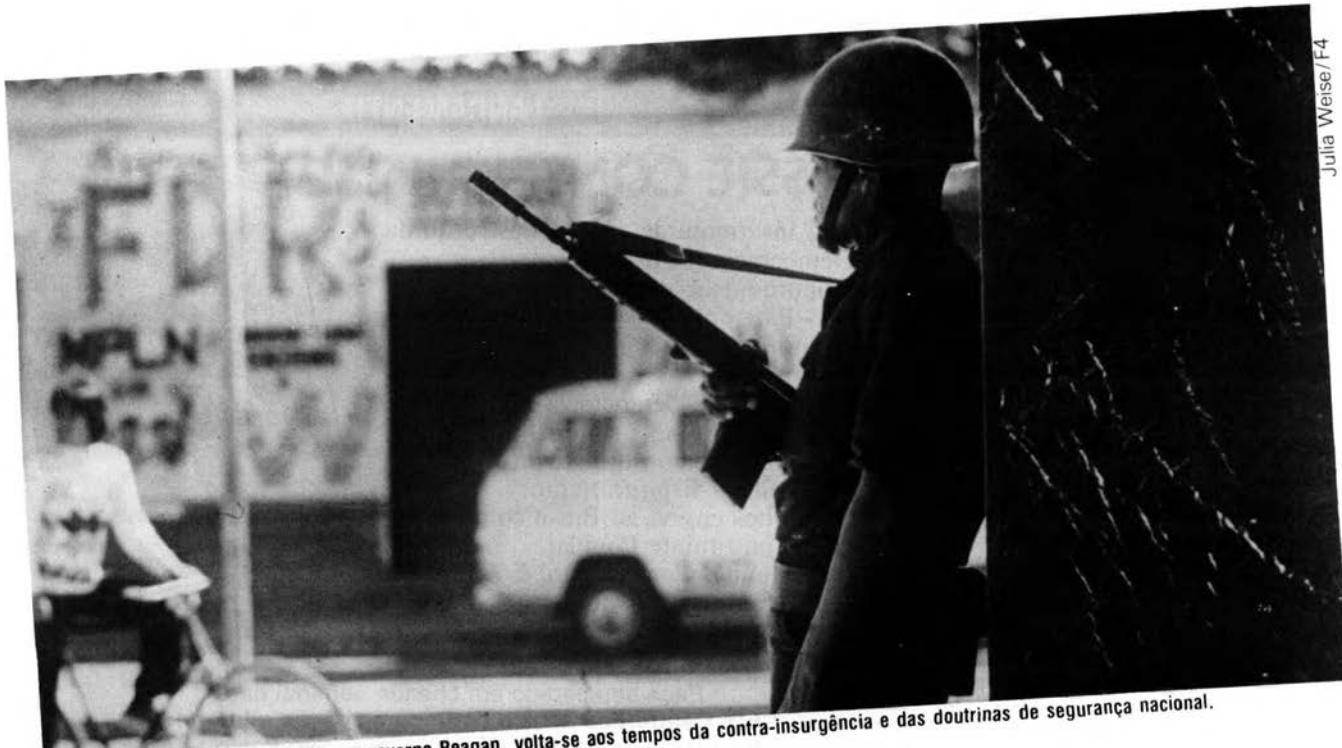
O jornal hondurenho "El Tiempo" es-

creveu que "eles vieram para ficar". Teria caráter permanente o complexo militar levantado em Honduras. A partir dele e do Comando Sul, com quartel-general na ex-zona do Canal do Panamá, os Estados Unidos contam com uma infra-estrutura capaz de sustentar ações militares "autônomas" na região. O emprego de unidades sediadas nos Estados Unidos só seria exigido em casos extremos.

A militarização das relações norte-americanas se estende ao sul do continente. Fuzileiros dos Estados Unidos estiveram no Peru. Tropas dos Estados Unidos participaram de manobras conjuntas na Bolívia. Oficiais dos Estados

Unidos foram a Buenos Aires executar "jogos de guerra" com oficiais argentinos. As operações "Unitas", reunindo marinhas dos Estados Unidos e sul-americanas, retomam seu ímpeto.

Quando Ronald Reagan assumiu a presidência dos Estados Unidos, a avaliação que ele e os seus fizeram foi a seguinte: a diplomacia de direitos humanos do ex-presidente Jimmy Carter prejudicou a política de alianças militares no continente americano. É preciso refazê-la porque essa é a política que conta. A transformação de Honduras em porta-aviões dos Estados Unidos (o único porta-aviões dos estados Unidos com direito a voto na ONU, es-



Com a política de aliança militares no governo Reagan, volta-se aos tempos da contra-insurgência e das doutrinas de segurança nacional.

Julia Weise/F4



Leonid Streliaev / F4

Os EUA pretendem criar sistemas de segurança regionais

creveu um jornal guatemalteco) e a criação de um "sistema de segurança regional" no Caribe mostram ambições hegemônicas retemperadas.

Tudo muito grave. Voltamos aos tempos da contra-insurgência e das doutrinas de segurança nacional. As "soluções" militares passam por cima das soluções políticas. Para o Pentágono, a Bolívia, país mediterrâneo, com várias fronteiras, é um ponto ideal de irradiação revolucionária. Foi assim no passado (é sempre lembrado o projeto de Ernesto Che Guevara de instalar um foco revolucionário na Bolívia) e continua sendo no presente. Ainda hoje as publicações da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército norte-americano apresentam o "caso boliviano", a bem-sucedida operação contra Guevara e seus parcos guerrilheiros, como um exemplo de êxito em contra-insurgência. Nem os norte-americanos fazem mais segredo de que eles participaram diretamente da operação.

As manobras conjuntas na Bolívia partiram de uma concepção "estratégica". O retempero hegemônico se diferencia de ambições passadas por meio de uma visão mais estratégica, mais ampla. Não importa, como no passado, a instalação "localizada" de ditaduras encarregadas de liquidar focos revolucionários locais. Importa sistemas de segurança regionais. É possível criá-los na América Central. No sul do continente é mais complicado. Mas os "jogos de guerra" na Argentina tiveram como "hipóteses" deslocamentos rápidos de tropas "conjuntas" para áreas afetadas por insurgências. Um jornalista argentino de vínculações conhecidas com militares denuncia no

"La Prensa", de Buenos Aires, a articulação a partir do noroeste da Argentina, da erupção revolucionária que se projetaria na direção da Bolívia e Peru.

Fechar o sul a insurgências, ao mesmo tempo em que é fechada a América Central. A militarização atinge manobras visando a acabar com ditaduras sujas dos pés à cabeça e por isso inconvenientes. O chefe do Comando Sul dos Estados Unidos, general John Galvin, foi ao Paraguai conversar com o alto-comando militar paraguaio. O embaixador dos Estados Unidos no Chile, Harry Barnes, encontrou-se com o general chileno Luis Danus, comandante militar do sul. Danus surge como

um "crítico" de Pinochet. Outro "crítico" de Pinochet, brigadeiro Fernando Mathei, comandante da força aérea do Chile, foi convidado e aceitou visitar os Estados Unidos.

A convicção agora é a de que redemocratizações controladas por militares servem melhor à contra-insurgência do que ditaduras apodrecidas. Para que o controle seja eficiente é preciso que as forças armadas se envolvam no afastamento de ditadores como os do Paraguai e Chile (generais Alfredo Stroessner e Augusto Pinochet) e refaçam sua imagem diante da opinião pública de seus países. No Chile, o general Lanus se diz contrário a torturas e fala em volta aos quartéis. No Paraguai, ainda não foi possível arrancar esse tipo de "desabafo" de generais beneficiários de 32 anos de engorda de contas bancárias.

O governo Reagan também quer retomar os programas de assistência a polícias da América Latina. Foi pedida ao Congresso norte-americano uma primeira parcela de 22 milhões de dólares. As primeiras destinatárias seriam as polícias da Costa Rica, Guatemala, El Salvador e Honduras. O próprio Congresso norte-americano acabou com esse tipo de assistência em 1974, depois de comprovado que ela financiava violações de direitos humanos. As polícias da Guatemala, El Salvador e Honduras não primam pelo respeito aos direitos humanos.

Newton Carlos é jornalista, especializado em política internacional.

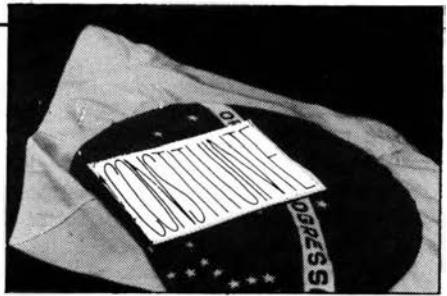
LANÇAMENTO

DOSSIÊ CONSTITUINTE

- A Constituinte de 1986: Construção da Democracia no Brasil.
- Documentos do Movimento Pró-Participação Popular na Constituinte.
- Os atores políticos no processo constituinte.
- Constituinte e Democracia Participativa.
- Movimento Constituinte Fluminense.
- A experiência constituinte de Vila Velha - Espírito Santo.
- Guarulhos ensina ao Brasil como se faz uma Constituinte Popular.
- Constituinte, Constituição! E agora?
- 20 textos inéditos e uma vasta cobertura da Imprensa.



Faça seu pedido em cheque nominal para o
CEDI Centro Ecumênico de Documentação e Informação
Av. Higienópolis, 983. CEP: 01238 — São Paulo — SP.



O povo discute o Brasil

Regina Prado

No Encontro Nacional, realizado no Rio em 24, 25 e 26 de maio passado, o dia 7 de setembro de 1986 foi declarado, pelo Plenário Nacional Pró-Participação Popular na Constituinte, o 1º Dia Nacional Constituinte — "O Povo Discute o Brasil".

De agora, até esse dia, os grupos, comitês e plenarinhos que, em todo o Brasil, estiverem discutindo a Nova Constituição Brasileira, estão convidados a se reunirem em Assembléias Constituintes Municipais, durante todo o dia 7 de setembro para apresentar e discutir suas propostas.

É imprescindível que os contatos e organização nos municípios começem desde já visando estruturar bem o trabalho e congregar o maior número de entidades representativas dispostas a se engajar no projeto: associações de moradores, sindicatos, associações de classe, movimentos específicos, pastorais específicas, partidos políticos etc.

Cada município deverá desenvolver segundo suas possibilidades e criatividade, numa busca sempre ampla e suprapartidária de atuação. Cada um deverá avaliar, por exemplo, se o projeto deve tomar além do 7 de setembro um ou mais dias, quais os critérios de participação nesta grande assembléia, em torno de que eixos pretende discutir as propostas para a Nova Constituição, quantas comissões serão necessárias para implementar o trabalho, qual o apoio técnico de juristas de que pode dispor, etc.

A essas Assembléias deverão ser convidados também todos os candidatos a deputado federal e a senador que os plenarinhos, movimentos e organizações populares considerarem confiáveis, para que assinem solenemen-

te o compromisso de lutar pelas reivindicações populares para a nova Constituição, e de adotar imediatamente duas propostas concretas assumidas pelo Plenário Pró-Participação Popular na Constituinte: a de inserção, na nova Constituição, de mecanismos e instrumentos de participação popular que abram caminho para a plena cidadania e para a construção de uma democracia participativa; e a de adoção, pelo Congresso Constituinte, de um Regimento Interno que complete e corrija, com vistas a maior participação popular, o ato convocatório da Constituinte.

As propostas apresentadas nas Assembléias Municipais realizadas em todo o Brasil deverão ser escolhidas e sistematizadas para serem consolidadas em um documento único: "As propostas do povo para o Brasil". Esse documento será preparado por uma Grande Comissão Nacional da Constituinte Popular, a ser convocada oportunamente pelo Plenário.

TAREFAS E PROCEDIMENTO PARA REALIZAR O PROJETO

1ª etapa — de 26 de maio a 30 de junho

1. Criação de um Grupo de Trabalho no Rio de Janeiro, para elaboração de uma proposta de Regimento Interno. Prazo para término do trabalho de Grupo: 30 de junho de 1986. Todas as sugestões devem ser enviadas a/à Secretaria Nacional de Intercomunicação, a/à Famerj, Rua Visconde do Rio Branco, 54, Rio de Janeiro, RJ, CEP 20060, tel.: (021) 224-6586.

2. Criação de um Grupo de Trabalho em São Paulo, com colaboração do Movimento Gaúcho pela Constituinte, para elaboração das propostas de instrumentos e mecanismos de participação popular. Prazo para término do trabalho do Grupo: 30 de junho de 1986. O material básico para o trabalho do Grupo são as conclusões sobre essa mesma questão a que se chegou no Encontro de Maio de 86 do Plenário Nacional. Todas as novas sugestões devem ser



Nair Benedicto/F4

enviadas a/c do Grupo de Apoio à Intercomunicação, a/c IEE-Puc, Rua Monte Alegre, 984, São Paulo, SP, CEP 05014, tel.: (011) 62-2189.

3. Envio da programação presente a todos os Plenarinhos, Grupos, movimentos e organizações que estejam discutindo a nova Constituição Brasileira, com uma carta convidando-os a participar do projeto "O Povo discute o Brasil". Para isso, todas as pessoas e entidades atualmente participando do Plenário enviarão ao Secretariado Nacional os endereços dos Grupos e Plenarinhos que conheçam. O envio da carta-convite é tarefa do Secretariado Nacional, onde todos esses endereços deverão estar registrados, mas qualquer participante do Plenário poderá também fazê-lo, remetendo em seguida o endereço ao Secretariado Nacional. As cartas-convite devem solicitar que os convidados indiquem seu interesse em participar do projeto, para que possam continuar recebendo novas indicações quanto à organização do 1º Dia Nacional Constituinte.

4. O Ibase, no seu projeto relativo à Constituinte, consolida o processo de catalogação e sistematização de propostas para a Constituinte, prevendo: a) a preparação de um temário a ser preferencialmente usado em todo o Brasil para o recolhimento das propostas das Assembléias Municipais; b) a montagem, em conjunto com outras entidades, de um sistema de intercomunicação e divulgação das propostas que forem sendo levantadas em todo o país, a partir daquelas apresentadas no Encontro de Maio do Plenário Nacional, para estimular e subsidiar as discussões em curso nos Grupos e Plenarinhos e seus contatos com candidatos.

2ª etapa — de 30 de junho a 1º de agosto.

1. As propostas elaboradas pelos GTs Regimento Interno e Instrumentos de Participação são enviadas a todos os Grupos e Plenarinhos inscritos no Projeto, para discussão e aperfeiçoamento das mesmas. As sugestões de modificações devem ser enviadas para os endereços indicados anteriormente.

2. Organizam-se caminhadas e eventos diversos para divulgar e ampliar a discussão dessas propostas e para divulgar o 1º Dia Nacional Constituinte.

3. Distribuem-se em todo o território nacional, cartazes e impressos do 1º Dia Nacional Constituinte. A elaboração e impressão desses cartazes fica por conta das entidades participantes do Plenário, aparecendo em todos os cartazes o símbolo unificador ("Constituinte sem povo não cria nada de novo").

3ª etapa — 1º de agosto a 7 de setembro.

1. Os GTs Regimento Interno e Instrumentos de Participação recolhem as sugestões surgidas na 2ª etapa (item 1) e elaboram as propostas definitivas até o dia 15 de agosto.

2. O Secretariado Nacional envia os textos definitivos aos Plenarinhos e Grupos participantes do projeto, para consideração nas Assembléias de 7 de setembro com prévia apresentação aos candidatos que serão convidados para essas Assembléias, e que assinarão compromisso com essas propostas do Plenário.

4ª etapa — de 7 de setembro a 15 de novembro

1. Recolhimento das propostas nas Assembléias Municipais, para tratamento e processamento. O Ibase coordena a partir dessa data uma Co-

missão Preparatória ao trabalho da Comissão Nacional da Constituinte Popular (Endereço do Ibase: Rua Vicente Souza, 29, Botafogo, Rio de Janeiro, RJ, a/c de Emanuel, tel.: (011) 286-0348).

2. O Secretariado Nacional convoca a Comissão Nacional da Constituinte Popular, para uma semana de trabalho e preparação do documento "Propostas do Povo para o Brasil".

3. O documento "Propostas do Povo para o Brasil" é encaminhado a todos os candidatos que assinaram compromissos no dia 7 de setembro nas Assembléias Municipais, para que assumam esse documento como seu programa de trabalho na Constituinte, a partir do qual serão cobrados em suas atuações.

Regina Prado é membro da Secretaria do Plenário Nacional Pró-participação Popular na Constituinte.

Julio de Santa Ana Pão, Vinho e Amizade

Meditações do conhecido teólogo metodista sobre a Eucaristia. Enriquecido pelas experiências ecumênicas e pela prática eclesial das Comunidades de Base, o autor reflete sobre esse ponto tão central para a fé cristã. E traz à tona a riqueza de sentidos que a Santa Ceia possui. Sobretudo com a emergência dos pobres como atores de primeiro plano no desenrolar das lutas que conduzem ao Reino. "Na mesa há pão e vinho. Em torno dela há uma comunidade de amigos".



145 páginas
Cz\$ 65,00

Faça seu pedido através de cheque nominal para o CEDI
Centro Ecumênico de Documentação e Informação
Av. Higienópolis, 983 — 01238 — São Paulo — SP.

CADERNOS DO CEDI

Canavieiros em greve.....	Cz\$ 20,00
Educação popular: Alfabetização e Primeiras Contas.....	Cz\$ 20,00
Sexta Assembléia do CMI.....	Cz\$ 20,00
Peões e garimpeiros: Terra e trabalho no Araguaia.....	Cz\$ 20,00
Roças comunitárias & outras experiências de coletivização no campo.....	Cz\$ 20,00
Deixai vir a mim os pequeninos.....	Cz\$ 20,00

LEVANTAMENTO POVOS INDÍGENAS NO BRASIL

Volume 5 — Javari.....	Cz\$ 35,00
Volume 3 — Amapá/Norte do Pará.....	Cz\$ 55,00

Faça seu pedido através de cheque nominal para o CEDI
(Av. Higienópolis, 983. CEP 01238 — São Paulo — SP)

Justiça, Paz e Integridade da Criação. Uma convocação do CMI.

Às igrejas-membros,
aos conselhos nacionais de igrejas
às organizações ecumênicas
regionais

Queridos irmãos e irmãs em Cristo:

O Comitê Central do Conselho Mundial de Igrejas convocou uma conferência ecumônica mundial sobre a justiça, a paz e a integridade da criação para princípios de 1990, "que proporcionaria a ocasião de intercambiar experiências e pontos de vista, e de aprofundar e ampliar o compromisso ecumônico, servindo como ponto focal no processo conciliar de concretizar um pacto em favor da justiça, da paz e da integridade da criação". É evidente que o processo que conduz a esse acontecimento mundial há de determinar a qualidade dessa reunião e sua significação, não só para a próxima Assembléia e para aprofundar a relação de pacto que as igrejas fizeram em 1948 em Amsterdam, senão também para conseguir uma unidade mais plena entre todas as igrejas cristãs, especialmente nas lutas pela justiça e pela paz no mundo inteiro.

É chegado o momento de começar um longo processo no qual participemos como uma família de igrejas "no processo conciliar de compromisso mútuo (pacto) em favor da justiça, da paz e da integridade de toda a criação", a qual nos convidou a Assembléia de Vancouver. Muitas igrejas já começaram a atuar nessa

direção e outras necessitam saber qual é a atitude de vocês. Para quem ouve agora o chamamento da Assembléia com um novo sentimento de urgência, este é um convite para participar num processo que fortalecerá o compromisso do CMI e das igrejas entre si nas lutas pela justiça, pela paz e pela integridade da criação pelo bem da Igreja e do mundo.

O que ocorre em suas igrejas ou nos grupos de pessoas relacionadas

com a Igreja quando se abordam esta e outras questões? O que ocorre em suas comunidades, em seus países? Têm adotado vocês publicamente uma posição profética? Expressam sua solidariedade, compartem as dificuldades comuns, servem de inspiração e prestam apoio aos que estão fatigados da luta e desanimados?

Este é o momento de comunicar nossos esforços para estabelecer a paz, fomentar a justiça e proteger toda a criação de Deus. É tempo de compartilhar nossos êxitos e nossos





fracassos a respeito dessas questões, nossa necessidade de ter companheiros de luta, e nossa alegria de encontrar a vida mesma de Deus naqueles com quem Jesus compartiu o pão quando foram despossuídos.

Esperamos com interesse ter notícias de suas experiências e atividades, das declarações que tenham feito sua igreja ou conselho nacional a respeito dessas questões, assim como informações sobre os grupos e

movimentos relacionados com as igrejas interessados por estes problemas e sobre as ações de compromisso mútuo (pacto) e os modelos de pacto. A informação que nos enviarem será examinada muito cuidadosamente; formará a base para começar o processo no qual todos juntos estamos embarcados. Se em sua igreja ou conselho há pessoas que devido a um compromisso especial com as questões da justiça, da paz e da integridade da criação ou uma atividade particular nessa esfera

tiverem interesse em ser nossos correspondentes, lhes rogamos que nos comuniquem seus nomes e dados.

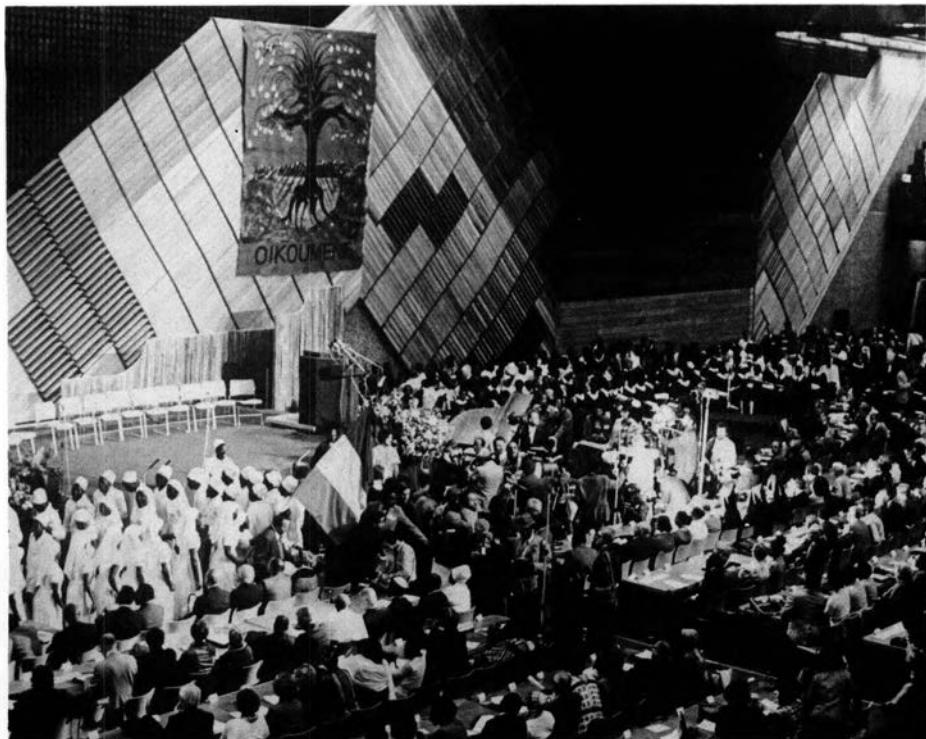
Esperamos que vocês façam saber a seus membros que aceitam o convite da Assembléia de Vancouver de trabalhar sobre estas questões.

Começamos um apaixonante processo e entramos numa nova etapa de nossa jornada ecumênica. Nossos esforços, nossa busca de caminhos que nos permitam avançar devem ser acompanhados de oração. Em 16 de junho, milhares de pessoas se uniram em oração pela justiça, seguindo a recomendação formulada pelo grupo de dirigentes cristãos que se reuniram recentemente em Harare (Zimbabwe), com as vítimas da opressão na África do Sul. Juntos concordaram em exortar a comunidade ecumênica mundial para que se unisse em oração, para que reinem a justiça e a paz naquele país. O Papa João Paulo 2º acabou de fazer um chamamento para que oremos juntos pela paz. Os pormenores desse convite estão se ultimando. Instamo-nos a que se unam a essas orações pela paz nas quais são convidados a participar.

Nesta nova etapa de nossa jornada ecumênica, ao mesmo tempo que pedimos a Deus que guie nossos passos, esperamos ansiosos as surpresas que Deus tem reservadas para nós.

Fraternalmente no serviço de Cristo.

Emilio Castro
Secretário Geral



Celebração na 5.ª Assembléia do CMI em Nairobi, 1975.

Pão, Vinho e Amizade

José Bittencourt Filho

Há muito que o protestantismo brasileiro carecia de um tratado consistente sobre o Sacramento da Mesa do Senhor. Dadas às influências pietistas e fundamentalistas, e ainda ao congregacionalismo prático, de todas as denominações, a questão sacramental sempre foi desmerecida. O tratado de Júlio, portanto, vem ao encontro de uma demanda latente há décadas.

A originalidade do texto reside no tratamento que dá à questão. Subtraindo-se propositadamente das polêmicas tradicionais em torno da "presença real" do Cristo nos elementos eucarísticos, opta por uma descrição detalhada do "reavivamento eucarístico" que se verifica em meio à Igreja popular (com ênfase nas CEBs), sobretudo como expressão de culto de suas lutas, seus mártires, suas esperanças e sua fraternidade. Como teólogo protestante, Júlio de Santa Ana obviamente marca seu trabalho pelos referenciais teológicos maiores da Reforma, sem prejuízo, contudo, do teor ecumônico da obra.

A ênfase principal reside na recuperação do caráter libertário da celebração eucarística, relacionando-a com os grandes even-

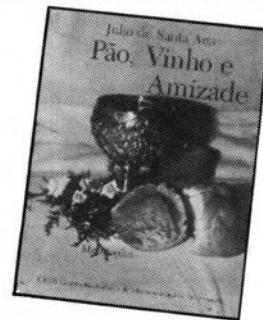
tos bíblicos que testemunham na ação de Javé Libertador. Nos primeiros capítulos, tece considerações históricas e exegéticas que situam a última Ceia de Jesus, com seus discípulos mais chegados, na tradição pascal do Povo de Deus.

A partir do quinto capítulo, seguindo a seqüência da narrativa da Última Ceia pelos sinóticos e também do quarto Evangelho, o autor aprofunda justamente um dos aspectos mais descurados: a relação entre eucaristia e práxis cristã, isto é, a luta pela implantação dos Sinais do Reino — justiça, fraternidade, paz em meio aos oprimidos da terra.

No trato das questões, Júlio coloca como referencial permanente a teologia latino-americana, ou seja, tendo a temática da libertação como algo que atravessa todo o corpo da problemática teológica, pondo em relevo a dimensão histórico-libertadora do Sacramento da Ação de Graças.

Nos capítulos derradeiros, volta a enfatizar a dimensão ecumônica da práxis cristã que deve derivar-se da participação na comunhão eucarística, práxis esta que deve traduzir-se em ações concretas, visando um testemunho efetivo em meio às lutas pela libertação dos oprimidos. Temos diante de nós, um tratado teológico de espirituali-

PÃO, VINHO E AMIZADE
Júlio de Santa Ana — Série "Meditações", CEDI, Rio de Janeiro, 1986, 146 pp., 15x19,5 cm.



dade que ressalta as dimensões ecumênicas, libertadoras e da ortopráxis ligadas à Ceia do Senhor, esta última denominada "amizade", que, junto ao Pão e ao Vinho, compõe a síntese eclesial, que é o coração mesmo da fé bíblica e da vida das comunidades cristãs, de qualquer família confessional.

José Bittencourt Filho é pastor presbiteriano e coordenador do Programa de Assessoria à Pastoral Protestante do CEDI

PUBLICAÇÕES DO CEDI

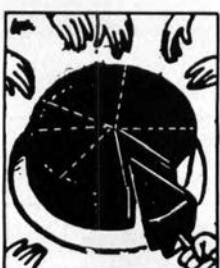
Poesia Profecia Magia (Rubem Alves).....	Cz\$ 20,00
Creio na Ressurreição do Corpo (Rubem Alves).Cz\$ 20,00	
Poetas do Araguaia	Cz\$ 20,00
Batismo Eucaristia Ministério	Cz\$ 15,00
Profeta da Unidade (Júlio Andrade Ferreira)....	Cz\$ 15,00
Protestantismo e Política	Cz\$ 10,00
Ideologia e Fé (André Dumas).....	Cz\$ 10,00
Estudos Bíblicos de um Lavrador	Cz\$ 10,00
Chamados a dar testemunho hoje	Cz\$ 10,00
Jesus Cristo a Vida do Mundo	Cz\$ 25,00
De Dentro do Furacão (Richard Shaull)	Cz\$ 30,00
O Vaticano e o Governo Reagan (Ana Maria Escura) — (CDHAL).....	Cz\$ 30,00
Quem tem medo da Reforma Agrária	Cz\$ 25,00

Faça seu pedido através de cheque nominal para o CEDI
Av. Higienópolis, 983 — CEP 01238 — São Paulo — SP.



BRASIL 86

(Dados do Relatório Jaguaribe)



RENDA

Os 52,4 milhões de brasileiros integrantes da população economicamente ocupada, segundo o estudo, se acham fortemente concentrados nos mais baixos níveis de renda salarial. Deles, 29,3% dos trabalhadores (exclusivos os sem rendimentos) ganham até um salário-mínimo. Esse percentual é de 42,9% para os trabalhadores rurais, dos quais 22,5% ganham de um a dois salários-mínimos. A eles deve acrescer a percentagem de 12,9% dos sem rendimentos, condição que atinge a 27,3% dos trabalhadores rurais. Apenas 11,5%, por outro lado, têm uma remuneração de dois a três salários-mínimos. Isto significa que 64,77% da população economicamente ocupada (inclusivos os sem rendimentos) se encontram em níveis que variam da miséria (até um salário-mínimo) à extrema pobreza (até dois salários-mínimos). Os 50% mais pobres do país percebem apenas 13,6% da renda total. Os 10% mais ricos têm acesso a 46,2% dessa renda, da qual os 5% mais ricos detêm 33%.



EMPREGO

Para uma população de dez ou mais anos de idade, de 95,7 milhões, segundo o estudo, a população economicamente ativa é de 52,4 milhões, dos quais 35 milhões são homens. A população economicamente ocupada é de 50,2 milhões, sendo 33,6 milhões composta de homens. Dessa população, 29,8% trabalha na agricultura e 21,7% nas várias modalidades de indústria. Os serviços não diretamente vinculados à produção absorvem 8,3 milhões da produção econômica ocupada, correspondendo a 16,6% desta.



EDUCAÇÃO

Vinte e sete por cento dos brasileiros de cinco ou mais anos de idade são analfabetos. Destes, 53,9% são analfabetos urbanos, predominantemente (29%) mulheres. Não menos precária é a situação dos alfabetizados. Da totalidade da população com dez ou mais anos, de 95,7 milhões de habitantes (1983), menos de 18% têm quatro anos completos de instrução primária, sendo sensivelmente menor a percentagem dos que completam os oito anos de ciclo básico.



MORTALIDADE

A esperança de vida ao nascer, que é o mais importante indicador do estado de salubridade da população, diz o estudo, embora tenha acusado importante melhora nos últimos 40 anos — passando de 41,5 anos em 1940 para 60,1 em 1980 — ainda é muito baixa em termos internacionais e acusa, como seria de se esperar, forte correlação com os níveis regionais e individuais de renda.

Em 1980, esse índice, que era de 60,1 anos para o conjunto do Brasil, se situava em 51 anos para o Nordeste, enquanto era de 64,4 anos para o Sudeste e de 67,2 para o Sul. Esse mesmo índice era de 58,5 anos para os que tinham rendimentos de mais de 1/4 e até 1/2 salário-mínimo e de 61,9 para os com mais de um salário-mínimo.



SANEAMENTO

Essa pobreza de mais da metade das famílias brasileiras se expressa, de forma correspondente, em seu nível de vida. Dos pouco mais de 29 milhões de domicílios apurados pelo IBGE em 1984, apenas 66,2% estão ligados à rede de água e 25% à de esgoto. Somente 57% têm seu lixo coletado e somente 53,6% dispõem de um filtro. O quadro é incomparavelmente pior no tocante aos domicílios rurais: somente 35% desses domicílios dispõem de um filtro.



MISÉRIA

Um terço das famílias brasileiras, segundo o estudo, vivem em regime de miséria, em pobreza absoluta, com menos de um salário-mínimo. Neste universo familiar a renda é insuficiente para atender o mínimo da demanda nutricional. A miséria se caracteriza pela má nutrição e a subnutrição crônicas. O fato é que essas pessoas ganham menos do que o necessário para manter um regime alimentar razoavelmente equilibrado. Elas não têm suficiência alimentar; são pessoas que arrastam uma vida extremamente penosa, morrem cedo, são vítimas de toda sorte de doenças. São cronicamente trabalhadores rurais e não ganham o suficiente para manter o equilíbrio nutricional.